



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

JULIANA DE OLIVEIRA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**GRAVIDEZ PRECOCE E EVASÃO ESCOLAR: Uma análise do perfil de adolescentes
atendidas nos Centros de Referência de Assistência Social da Ceilândia/DF**

Brasília - DF
2024/1



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
ICH/SER/DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

Juliana de Oliveira

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

GRAVIDEZ PRECOCE E EVASÃO ESCOLAR: Uma análise do perfil de adolescentes
atendidas nos Centros de Referência de Assistência Social da Ceilândia/DF

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC
apresentado como pré - requisito para conclusão
do curso de Bacharel em Serviço Social, pela
Universidade de Brasília - UnB sob orientação da
Prof^a. Mestra Maria de Fátima dos Santos Silva.

Brasília - DF
2024/1

Juliana de Oliveira

GRAVIDEZ PRECOCE E EVASÃO ESCOLAR: Uma análise do perfil de adolescentes
atendidas nos Centros de Referência de Assistência Social da Ceilândia/DF

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC pré-requisito para
conclusão do curso de Bacharel em Serviço Social, pela
Universidade de Brasília-UnB submetido à aprovação da banca
examinadora

Aprovado em _____ de _____ 2024.

PROFESSORA MESTRA MARIA DE FÁTIMA DOS SANTOS SILVA
PROFESSORA SUBSTITUTA E ORIENTADORA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

ANA LUIZA RIBEIRO CÂMARA
MEMBRO EXAMINADOR/A DA BANCA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

PROFESSORA DOUTORA LILIANE ALVES FERNANDES
MEMBRO EXAMINADOR/A DA BANCA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

“A educação modela as almas e recria os corações. Ela é a alavanca das mudanças sociais.”

Paulo Freire

Dedicatória

Dedico ao meu filho Nicolas Théo e ao meu companheiro Douglas que me forneceu incentivo e apoio durante o processo de construção deste trabalho.

Agradecimentos

O desenvolvimento deste trabalho bem como a conclusão desse curso contou com a ajuda de diversas pessoas, dentre elas gostaria de agradecer:

Em primeiro lugar ao meu filho Nicolas Théo e o meu companheiro Douglas por me fortalecer, incentivar e dar apoio de forma incondicional, desde a matrícula na universidade até a conclusão dela, de todas as formas possíveis.

Aos meus pais, Lucileide e Neilton, que mesmo diante das dificuldades sempre apontaram que o estudo é o melhor caminho a seguir, bem como o apoio e o incentivo ao decorrer de todos os anos na universidade.

As minhas irmãs, Ludymila, Ana Julia e Jaqueline, por sempre me incentivar e promoverem momentos incríveis trazendo alívio, paz e reflexão, me mantendo sempre motivada, em especial a minha sobrinha Ingrid que sempre me enche de carinho e de palavras de encorajamento.

Aos meus sogros Maria do Céu e Erinaldo, por me ajudarem nesses últimos anos de universidade, bem como minha cunhada Debora por me apoiar e me acompanhar na universidade durante meu período de puerpério, e aos meus cunhados Deiverson e Diogo por me proporcionar motivação e alegria.

Ao CRAS da Ceilândia Norte, bem como aos funcionários, pelo acolhimento e momentos de felicidade que recebi durante o período de estágio obrigatório, em especial a minha supervisora de Campo de estágio, Ana Luiza, pelo tempo que dedicou a minha formação, pelo conhecimento adquirido e os princípios éticos, que me proporcionou além de conhecimento e experiência, uma visão nova sobre a profissão e sua atuação.

Agradeço a universidade, aos meus colegas, e aos professores que conheci ao decorrer dos anos, em especial a professora Ailta que me proporcionou muito conhecimento sobre a temática deste trabalho em suas aulas, a minha professora e orientadora Maria de Fatima, pelos ensinamentos e correções, fornecendo conhecimento adequado e sempre estando à disposição.

Enfim, agradeço a Deus e a todas as pessoas que fizeram parte desta etapa decisiva da minha vida.

Resumo

O presente trabalho apresenta uma pesquisa documental cujo foco é a gravidez na adolescência, com especial atenção para as particularidades que envolvem essa realidade. A pesquisa se debruça sobre o perfil das adolescentes atendidas nos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) da Ceilândia, no Distrito Federal, em 2022, buscando compreender as dinâmicas familiares e socioeconômicas que influenciam esse fenômeno. A análise dos dados levantados permitirá identificar a relação entre a gravidez precoce e a evasão escolar, evidenciando como as condições familiares e o suporte social desempenham um papel crucial na continuidade da vida acadêmica dessas jovens. A pesquisa revela que muitos desses adolescentes enfrentam desafios significativos, que vão desde a falta de recursos financeiros até a ausência de um ambiente familiar favorável, o que pode contribuir para a decisão de engravidar precocemente. Adicionalmente, o trabalho discute como a estrutura familiar pode atuar como uma rede de apoio ou, em alguns casos, como um fator de pressão, dependendo das circunstâncias específicas de cada adolescente. Ao concluir a pesquisa, é proposta uma reflexão sobre os diversos fatores que contribuem para a gravidez na adolescência, destacando a necessidade urgente de políticas públicas que incentivem a educação sexual, o empoderamento das jovens e o acesso a serviços de saúde e assistência social.

Palavras chaves: gravidez na adolescência, evasão escolar, laços afetivos e vulnerabilidade

Abstract:

This work presents documentary research whose focus is teenage pregnancy, with special attention to the particularities surrounding this reality. A survey focuses on the profile of adolescents served at the Social Assistance Reference Centers (CRAS) in Ceilândia, in the Federal District, in 2022, seeking to understand the family and socioeconomic dynamics that influence these characteristics. Analysis of the data collected will allow us to identify the relationship between early pregnancy and school dropout, highlighting how family conditions and social support play a crucial role in the continuity of these young people's academic lives. Research reveals that many of these adolescents face significant challenges, ranging from a lack of financial resources to the absence of a favorable family environment, which can contribute to the decision to become pregnant early. Furthermore, the work discusses how a family structure can act as a support network or, in some cases, as a pressure factor, depending on the specific situations of each adolescent. At the conclusion of the research, a reflection is proposed on the various factors that contribute to teenage pregnancy, highlighting the urgent need for public policies that encourage sexual education, the empowerment of young people and access to health and social assistance services.

Key words: teenage pregnancy, school dropout, emotional ties and vulnerability

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEI	Campanha de Erradicação de Invasões
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CODEPLAM	Companhia de Planejamento do Distrito Federal
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-estar do Menor
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONGS	Organização Não Governamental
PDAD	Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios
PNBEM	Política de Bem-estar do Menor
RF	Responsável Familiar
SAM	Serviço de Assistência ao Menor
SEDES	Secretaria de Desenvolvimento Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição de adolescentes atendidas segundo quantidade de filhos.....	57
Gráfico 2 – Distribuição de adolescentes atendidas segundo residência com referência familiar.	61
Gráfico 3 – Distribuição de adolescentes atendidas segundo família monoparental.....	62
Gráfico 4 – Distribuição de adolescentes atendidas segundo evasão escolar.....	64

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição de adolescentes atendidas segundo residência com referência familiar..	59
Tabela 2 – Distribuição de adolescentes atendidas segundo série limite em que estudou.....	65
Tabela 3 – Distribuição de adolescentes atendidas segundo série que ainda estudam.....	67
Tabela 4 – Distribuição de adolescentes atendidas segundo situação socioeconômica.....	69
Tabela 5 – Distribuição de adolescentes atendidas segundo principal trabalho da família.....	71
Tabela 6 – Distribuição de adolescentes atendidas segundo situação raça/cor.....	72
Tabela 7 – Distribuição de adolescentes atendidas segundo unidade de na cidade de Ceilândia..	74

SUMÁRIO

Introdução.....	13
1 – Criança, adolescente e gravidez.....	17
1.1 Criança e adolescente um breve histórico.....	17
1.1.1 Gravidez na adolescência no Brasil.....	25
1.1.2 Cenário da gravidez na adolescência em Ceilândia/DF.....	30
2 – Gravidez na adolescência, impactos familiares e afetivos na evasão escolar.....	35
2.1 Conjunturas familiar.....	35
2.1.1 Família e relação com adolescente na gravidez.....	40
2.2 Adolescentes grávidas e a evasão escolar.....	44
2.3 Vulnerabilidade e o impacto dos laços afetivos na evasão escolar.....	47
3 – Análise do perfil das adolescentes grávidas atendidas no Centros de Referência de Assistência Social de Ceilândia/DF.....	53
3.1 Metodologia de pesquisa.....	53
3.2 Análise de dados.....	56
Considerações.....	77
Referencias.....	81
Anexos.....	89
ANEXO A – Termo de responsabilidade.....	89
ANEXO B – Termo de compromisso e manutenção do sigilo.....	91
ANEXO C – Ofício.....	93
ANEXO D – Roteiro.....	96

INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi realizado no curso de Serviço Social da Universidade de Brasília (UNB). O objetivo principal é analisar o perfil de jovens de 16 a 18 anos que engravidaram na adolescência e recebem atendimento nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) da Ceilândia. O estudo investiga aspectos relacionados à família e, especialmente, à vida escolar dessas jovens, focando na evasão escolar.

O Centro de Referência de Assistência Social é uma unidade pública do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que oferece suporte a famílias e indivíduos em condições de vulnerabilidade e risco social. Oferece o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), que visa realizar um trabalho social contínuo com as famílias, fortalecendo sua função protetiva, prevenindo a quebra de vínculos, facilitando o acesso a direitos e contribuindo para a melhoria de sua qualidade de vida.

Na cartilha de noções básicas cadastro único e considerada responsável familiar, a pessoa que vai até o posto de atendimento para realizar o cadastro de toda a família com quem reside, essa pessoa irá fornecer informações da família para assim ser realizada a inserção destes no Cadastro Único, tem alguns critérios para ser Responsável familiar, dentre eles ter no mínimo 16 anos, outro detalhe e que se recomenda que seja preferencialmente uma mulher.

A inspiração para a realização desta pesquisa, surgiu depois da finalização do estágio obrigatório do curso de Serviço Social da Universidade Brasília - UNB, realizado no Centro de Referência de Assistência Social da Ceilândia Norte, surge então a partir de uma observação relacionada as adolescentes atendidas, que em sua grande parcela encontravam se grávidas ou com filhos, outro aspecto observado nesse período foi a presença do abandono escolar.

A escolha do território de Ceilândia para esta pesquisa fundamenta-se em diversos fatores relevantes. Primeiramente, Ceilândia se destaca como uma das regiões mais populosas do Distrito Federal, o que proporciona uma amostra significativa para análise. Adicionalmente, a região apresenta uma média de renda considerada baixa, o que a torna um espaço importante para investigar desigualdades sociais e econômicas.

No entanto, o principal motivo para a seleção de Ceilândia foi a experiência adquirida durante o estágio obrigatório, que permitiu um contato direto com a comunidade e uma vivência das condições cotidianas. Essa experiência prática enriqueceu a análise teórica, possibilitando um trabalho mais embasado e contextualizado. Assim, a combinação da alta densidade populacional, das características socioeconômicas e da observação prática durante o estágio fez de Ceilândia um território especialmente relevante para a realização desta pesquisa.

Adolescência, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), e caracterizada pelo período de 10 e 19 anos, já o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considera a adolescência o período entre 12 e 18 anos. No que se refere à gravidez na adolescência, atualmente no Brasil é nos países em desenvolvimento, ela é considerada um risco social e um grave problema de saúde pública (Neto et al, 2007).

No Brasil, nas gerações recentes houve um aumento significativo na proporção de mulheres que dão à luz antes dos 20 anos, aspecto relacionado diretamente a gravidez na adolescência são as disparidades econômicas, sociais e culturais entre as classes e conseqüentemente o fenômeno do abandono escolar (Heilborn et al. 2002).

O objetivo principal desse trabalho foi localizar as nuances acerca da gravidez e do abandono escolar de adolescentes que ficaram grávidas na adolescência em uma perspectiva de análise e levantamento do perfil, também de aspectos relacionados ao núcleo familiar. Dentre estes foram: analisar o perfil das adolescentes, identificar se existiu abandono escolar, identificar família monoparental e a análise do contexto familiar bem como a questão socioeconômica.

Diante da hipótese que consistia na existência de controvérsia na compreensão do direito, bem como as desigualdades e desproteções que atingem adolescentes mães ou grávidas e o seu núcleo familiar, na região administrativa da Ceilândia, e se esse fator contribuiu para o abandono escolar. O problema estava envolto em qual é o perfil das adolescentes que estiveram ou estão grávidas, e utilizam o Centro de Referência de Assistência Social na região administrativa da Ceilândia.

Em relação a metodologia foi utilizada uma pesquisa documental com a análise de dados que foram solicitados referentes ao Cadastro Único, de adolescentes de 16 a 18 anos incompletos

que foram solicitados e fornecidos pela Subsecretaria de Assistência Social (SUBSAS), mediante ao envio do Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (PTCC), indicação de variáveis existentes na base de dados do Cadastro Único que serão utilizados e os termos de responsabilidade e de compromisso de Manutenção de sigilo devidamente assinados.

Os dados foram enviados em uma planilha, o que eliminou a necessidade de organizá-los. Em seguida, todos os valores foram somados para determinar o total, e uma análise estatística percentual foi realizada. Os resultados foram analisados com o objetivo de compreender melhor os dados. As porcentagens foram verificadas, o que possibilitou a identificação das categorias mais frequentes. Além disso, foram utilizados gráficos e tabelas para apresentar os dados de maneira mais clara e acessível.

Essa pesquisa não precisou ser aprovada pelo Comitê de Ética, porque a solicitação de dados do Cadastro Único para pesquisa não exige essa aprovação se forem usados apenas dados públicos e os participantes não forem identificados

O Cadastro Único reúne dados sobre as famílias em situação de vulnerabilidade social no Brasil, permitindo que o Governo Federal, os Estados e os municípios desenvolvam políticas públicas eficazes para melhorar as condições de vida dessas populações.

A Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, estabeleceu a Política Nacional de Assistência Social e instituiu o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), que tem como objetivo identificar e caracterizar as famílias de baixa renda no Brasil. Este cadastro é fundamental para a implementação e o acesso a diversos programas sociais.

A inclusão da Lei nº 14.284, de 2021, trouxe algumas atualizações e aprimoramentos ao CadÚnico, buscando tornar o sistema mais eficiente e acessível. Essa nova legislação visa fortalecer a inclusão social e garantir que mais famílias possam ser atendidas pelos programas sociais, além de facilitar o acesso a informações e serviços públicos.

Diante disso, o Decreto nº 11.016, de 29 de março de 2022, estabelece diretrizes e regulamentações para o Cadastro Único, que é um instrumento essencial para a inclusão socioeconômica de famílias em situação de vulnerabilidade no Brasil. A atualização do CadÚnico é um passo importante para a promoção da equidade e do suporte às famílias em situação de

vulnerabilidade, permitindo que políticas públicas sejam mais efetivas e que os recursos cheguem de maneira adequada à população que mais necessita.

As informações que identificam pessoas e famílias registradas no CadÚnico são confidenciais, em conformidade com as diretrizes da normativa do Cadastro e as disposições de proteção de dados pessoais estabelecidas pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), onde objetivo principal é assegurar que o tratamento de dados pessoais seja realizado de forma ética e transparente, promovendo a proteção da privacidade dos indivíduos.

O CadÚnico contém informações sobre a composição familiar, renda, escolaridade, acesso a serviços públicos, entre outros. As Informações pessoais são protegidas e não podem ser divulgadas sem o consentimento dos indivíduos.

O capítulo 1 discorre sobre criança, adolescente e gravidez, trazendo um breve histórico sobre a temática, abordando a gravidez na adolescência no Brasil e no Distrito Federal. No capítulo 2 é abordado temas relacionados a gravidez na adolescência na perspectiva da evasão e abandono escolar, relacionando esse fenômeno com o impacto dos laços afetivos familiares, bem como suas vulnerabilidades. A análise de dados está no capítulo 3 seguido das considerações.

1. CRIANÇA, ADOLESCENTE E GRAVIDEZ

Neste capítulo, será abordado o surgimento e ampliação do vocabulário da infância, iniciando com os desdobramentos da ausência do sentimento de infância, bem como nascimento da representação da figura chamada criança. Por conseguinte, fazendo um resgate e análise do processo que permeou as práticas assistências para criança, vinculadas as várias formas de violências por instituições, atreladas e instituídas desde o início da colonização.

Nesse breve resgate histórico, apontam os principais acontecimentos como as Santas Casas de misericórdia, a roda de expostos e a formulação de três fases na evolução de assistência à infância abandonada brasileira. Por fim abordando o fenômeno da gravidez na adolescência como um risco social, que está ligado muitas vezes com fatores socioeconômicos, de raça e etnia, trazendo dados gerais do Brasil e dados específicos do Distrito federal.

1.1 CRIANÇA E ADOLESCENTE UM BREVE HISTORICO

No sentido de ter um panorama mais profundo da trajetória da força motriz e dos acontecimentos que levaram as adolescentes grávidas a evasão escolar, é importante demonstrar a trajetória da história da criança e adolescente. Para uma análise dessa temática é importante ressaltar o pioneirismo de Ariès (1981), segundo ele a sociedade tradicional, na Europa, via mal a criança pior o adolescente, porque ainda não existia essa categorização por fase de desenvolvimento, inicialmente explícita a ausência do sentimento de infância na idade média, por consequência não havendo lugar para a fase da adolescência, onde sempre seria confundida com a infância, assim, a ideia de infância estava atrelada totalmente à ideia de dependência, então, para sair da fase da infância, o indivíduo teria que se tornar independente.

Ariès (1981), afirma que com o surgimento e a ampliação do vocabulário da primeira infância, aparece outra questão que seria a ambiguidade entre a infância /adolescência e a juventude de outro lado, diante disso não se tinha uma ideia concreta do que viria a ser a adolescência. Assim, temos nessa perspectiva o surgimento de outras ambivalências, como a ausência da adolescência e o desprezo pela velhice bem como ao mesmo tempo, o desaparecimento dessa velhice e a introdução da adolescência.

Com isso, Ariès (1981) parte do pressuposto que, na arte medieval, a infância ou era desconhecida, ou não tentavam representá-la, basicamente não havia lugar para a infância nesse mundo, homens representavam crianças reproduzidos numa escala menor. Assim, foram surgindo algumas figuras de crianças que seriam um pouco mais próximas do sentimento, moderno, por volta do século XIII.

Diante disso, a alusão de três representações da figura criança, a primeira seria a figura do anjo na aparência de um rapaz muito jovem, porém este ainda representava a figura de um adolescente; a segunda seria modelo ancestral de todas as crianças pequenas da história da arte o figura do menino Jesus, nesse ocorreu uma grande evolução porque antes era representado por homens passou a ter a representação mais realista e sentimental de uma criança; o terceiro tipo de criança apareceu na fase gótica que seria então a criança nua, como, por exemplo, na arte medieval francesa alma era representada por uma criancinha nua e, em geral, assexuada.

Perante o exposto é importante afirmar nesse contexto, não se acreditava que uma criança continha uma personalidade, essa estava ligada ao cristianismo, sujeita ao batismo em prol da alma imortal então crianças que morriam sem terem sido batizadas eram enterradas no Jardim das próprias casas, ou simplesmente enterradas em qualquer lugar, isso demonstra o quão a criança era insignificante naquela época.

Ariès (1981) traz uma análise detalhada com uma ordem cronológica do aparecimento da infância em conjunto com a evolução dos trajes infantis, a partir dessa permitiu descobrir alguns hábitos de vestuários próprios da infância ao longo do período de XVII até o fim do século XVII, demonstrando assim a preocupação que seria desconhecida no período da idade média, com a intenção de isolamento das crianças e de separação por meio de uma espécie de uniforme.

Em relação aos trajes, é bom ressaltar a importância deste, na época em que a vestimenta demonstrava uma hierarquia complexa e indiscutida, onde cada pessoa usava o traje que demonstrava a sua condição social, em relação aos trajes, os meninos foram as primeiras crianças especializadas, visto que a preocupação em distinguir os adultos das crianças pela sua vestimenta era bem limitada, entretanto era destinada aos meninos.

Segundo Ariés (1981), outro aspecto a ser analisado é que a mudança nos trajes foi aplicada e mais difundida nos meninos, assim o sentimento de infância beneficiou primeiramente os meninos, já as meninas continuaram por grande parte do tempo confundidas com os adultos, como a visão nos trajes nota-se que a infância ela se restringiu por muito tempo somente aos meninos.

O ponto focal é que na idade média as crianças eram misturadas com adultos e vistas com insignificância, a imagem dessas crianças até mesmo em espetáculos eram representada por adultos em uma menor escala sem nenhum traço que refletia a criança ou a infância, um ponto importante trazido no por Ariès (1981) é a concepção da família moderna sem amor, entretanto, teria o cuidado e a preocupação com a criança e conseqüentemente com a infância enraizada em sua essência, preocupação essa que não existia na civilização média por consequência do não reconhecimento dos problemas envoltos na instituição família.

Em contraposição à análise feita por Ariès da evolução da infância, Rocha (2002) afirma que a história que ele apresenta em suma, parte apenas da concepção de uma história linear e generalizante, onde se torna uma história de meninos ricos, que acaba por confirma a existência de uma educação diferenciada é que se difere em duas infâncias, da criança rica para a criança pobre.

Por um lado, temos a criança rica, evidenciada principalmente na particularização da educação de meninos, enclausurados num espaço íntimo com sua família, ocupados com aprendizagens para a vida social, com regras de etiqueta e de moralidade que deveriam saber e seguir, bem como a aprendizagem de música, dança, leitura e a utilização de roupas adequadas às características da criança. Temos também os chamados precoces ou prodígios por uma elite que acelerava o desenvolvimento de seus filhos homens, para fazer demonstrações de seus dotes.

Por outro lado, é possível inferir a existência da infância pobre percebida nas crianças do povo, filhos de camponeses e artesões, vivendo em espaços compartilhados com todos, participando das conversas com os adultos, nas praças com seus folguedos infantis, nas reuniões noturnas, sem modos e talvez vestidas como adultos. Esta caracterização das crianças do povo como indivíduos sem modos, livres, com comportamentos inadequados, deve-se ao fato de que o conceito de pudor e vergonha são valores que foram sendo construídos a partir das relações das famílias abastadas, sendo uma relação que se constrói verticalmente das classes altas para as baixas. Todavia, isso não quer dizer que o sentimento ou a educação, mesmo informal, das crianças pobres não existisse. (Rocha, 2002, p.58)

Diante das concepções abordadas acima, Del Priore (1991) discorre sobre a percepção da existência de um mundo infantil muito diferente no que se refere ao olhar de organizações

governamentais, não governamentais e pelas autoridades, com o entendimento que a escolarização e a vida privada chegaram de forma tardia e com grande atraso no Brasil. A mesma autora apresenta, no processo de colonização, a presença de crianças, na colonização do País, que foi marcado por incessantes tragédias, escravidão das próprias crianças, abuso sexual e psicológico e a utilização da mão de obra destas.

Com isso Marcilio (1998), exprime que a etnia teve um grande papel na questão da ilegitimidade, onde os brancos introduziram, nas Américas, a prática do abandono dos filhos, e com a atual situação de exploração e marginalização os povos indígenas, africanos e mestiços acabaram seguindo o exemplo dos brancos, na prática do abandono.

Segundo Azevedo e Zarat (2015), se torna necessário compreender a totalidade da história das crianças no Brasil, a qual deve ser analisada e compreendida a partir de vários grupos na categoria criança, sem estabelecer estigmas ou estereótipos já preestabelecidos, sendo crianças nativas, escravas e filhas dos senhores de engenhos.

Em meio a um processo que permeou nas práticas assistenciais e ocasionou em várias formas de violência às crianças por parte da estrutura institucional, a autora Marcilio (1998), destaca que a história da proteção da criança abandonada no Brasil iniciou se com a própria colonização e marcada pela catequização e a imposição do ensino de cunho religioso, regida pelos jesuítas.

Diante do exposto, Rizzini (2011) discorre sobre a infância pobre, principalmente sobre crianças e adolescentes que permanecem em um estado de vulnerabilidade social, aponta que as políticas direcionadas as crianças no Brasil se amparam até os dias atuais por uma lógica pautada na necessidade de controle da população pobre.

Contudo, Marcilio (1998) resgata que, por muito tempo, a câmara municipal e as santas Casas de misericórdia, assumiam total obrigação com as crianças abandonadas por pais ou parentes, entretanto, essa função era exercitada com certa relutância, desinteresse e negligência, a qual ocorria uma falta de assistência às crianças com resposta ao abandono.

Silva (2019) afirma que, em alguns documentos, as Santas Casas de Misericórdia foram fundadas em 26 de setembro de 1680, porém em outros arquivos afirmam que sua fundação foi no

ano de 1560, entretanto o seu primeiro funcionamento no âmbito hospitalar é datado nos anos de 1714 a 1715. Diante disso pode se ter a noção da existência das Santas Casas de Misericórdia no Brasil desde o início da Colonização com a criação de similares, com uma ética cristã de acolhimento e assistência ao pobre desvalido, atuando também no ensino e assistência aos órfãos.

As misericórdias, entretanto, apresentavam ainda a característica de servir como espaço de distinção aos administradores e irmãos beneméritos. Atuando como “pilar” para a estabilidade do Império português em suas incursões coloniais pelo mundo, elas passaram, mais à frente, pelo momento de profissionalização de seus administradores e esculápios. Nesse cenário, a atenção à pobreza trouxe novas considerações de ordem socioeconômica e preocupações de ordem médica para o tema da assistência. É possível intuir, portanto, que houve o que podemos entender como diferentes tipos de assistência e que essas foram sendo modificadas com o tempo. (Silva, 2019, p 82)

Diante do exposto, Marcilio (1998) formula a existência de três fases na evolução de assistência a infância abandonada brasileira, a caritativa, a filantropia e do Estado de bem-estar social. A primeira fase seria a fase caritativa, que teve início no século XIX, marcada pelo assistencialismo e o sentimento de fraternidade humana partindo do pressuposto paternalista, outra grande característica que marcou essa fase foi o costume de uma família criar uma criança vinda de outra família, ato que foi bastante difundido e valorizado, esse sistema de criação tornou se o sistema de proteção à infância abandonada mais amplo.

Na fase caritativa, a assistência e as políticas sociais em favor da criança abandonada, apresentam três formas básicas: uma informal e duas formais. Formalmente as câmaras municipais eram as únicas oficialmente responsáveis, na legislação portuguesa, pela tarefa de prover a assistência aos pequenos enjeitados.

O segundo sistema de proteção formal, foi o que instituiu a Roda e Casa de Expostos e o Recolhimento para meninas pobres, quase sempre resultantes de convênios firmados entre municipalidades e as Santas Casas de Misericórdia.

Enfim, o terceiro sistema de proteção social a infância desvalida foi o informal – o mais universal e abrangente, aquele que se estendeu por toda a história do Brasil, do século XVI aos nossos dias. Famílias ou indivíduos recolhiam recém-nascidos deixados nas portas de suas casas ou de igrejas ou em outros locais e, por diversas razões, decidiam cria-los. (Marcilio, 1981, p.135/136)

Segundo Melo (2020), outro aspecto que foi predominante no período colonial de 1726 que se estendeu até a década de 1950, foram as primeiras políticas assistencialistas, criadas para a

“proteção” da criança a abandonada na época, a roda de expostos, mecanismo originário da Roma criado no século XIII, por quase meio século no Brasil, a roda de expostos se tornou prática a única instituição de assistência à criança abandonada, que permitia que mulheres abandonassem seus filhos de forma anônima. Em suma, essas crianças eram mestiças, pobres ou escravas.

Segundo Marcilio (1981), com a extinção da roda de expostos viu-se a emergência da implantação de novos sistemas para a infância desvalida, tratava-se de dar a essas crianças uma assistência pública com bases científicas e equipamentos bem estruturados, a primeira mudança na política social de assistência voltada para crianças ocorreu, no ano de 1855, por meio da criação do primeiro programa nacional de políticas públicas voltadas para crianças desvalidas, sendo assim, tornou-se o marco inicial da etapa de construção de uma assistência filantrópica científica, contou também com a criação de vários asilos voltados para o acolhimento de crianças.

O surgimento dos asilos de órfãos, abandonados ou desvalidos, Rizzini e Pilotti (2011) exprime que essa antiga prática de recolher crianças em asilos, que geralmente eram crianças ou adolescentes que fugiam ao controle das famílias ou ameaçavam a "ordem pública", essa cultura institucional imposta e que foi profundamente enraizada e disseminado, deu base e estrutura para as formas de "assistência ao menor" propostas no Brasil que perduram até os dias atuais.

A segunda fase na evolução de assistência à infância abandonada brasileira apontada pela Marcilio (1991), surge no ano de 1855 e vai até meados 1960, baseada em uma transformação de caráter social onde viu a necessidade de criação de novas formas de assistência assim iniciou a filantropia.

A filantropia é caracterizada pelas transformações sociais operadas no Brasil a respeito das políticas públicas sociais voltadas para a infância desvalida, um marco principal de mudança foi o fim do regime de escravidão, mas ocorreram outros como o avanço da legislação social pró-infância, a construção dos direitos das crianças, a quebra do monopólio religioso da assistência social entre outros.

Para Rizzini e Pilotti (2011), a relação entre filantropia e cidadania se evidencia também na dinâmica entre a esfera doméstica e esfera pública, onde uma das características da filantropia da época era preparar a criança pobre e abandonada para o mundo do trabalho, mas também

valorizando a família prevenindo o que eles consideravam como maus hábitos e condutas perigosas como a ociosidade, a prostituição entre outras.

Aponta Marcilio (1981) que os principais Marcos no campo de proteção à criança desvalida, foram em 1923 com a declaração dos direitos da criança, em 1927 com código de menores a idade de 18 anos, a criação do departamento nacional da criança em 1919, a criação do serviço de assistência e de proteção à infância em 1921, o conselho de assistência e proteção aos menores em 1924. O principal deles foi a aprovação do código de menores, em 1927, sendo considerado um dos maiores marcos na história da assistência infância, porém as atividades destinadas à assistência da infância foram somente ampliadas apenas no ano de 1941 com a criação do serviço de assistência ao menor, o SAM.

Em 1941, surge uma nova entidade, o serviço de assistência ao menor SAM, na maioria dos Estados brasileiros vinculados a secretaria de justiça. O SAM torna-se um verdadeiro sintetizador das distorções nas formas de atendimento ao problema do menor. Pretendia-se confundir o desaparecimento do problema do menor, com a sua exclusão do convívio social, o que veio a agravar de forma significativa a questão. (Osterne, 1986, p 28)

O código de menores, em 1927, segundo Lorenzi (2007) esse código não era destinado a todas as crianças, apenas para as ditas em situação de irregularidade aos olhos do governo, esse então estabelece normas e diretrizes de forma clara em volta do direcionamento e tratamento da infância e dos jovens excluídos. Diante de tais circunstâncias, uma grande figura que exerce poder de decisão sobre a vida e conseqüentemente no destino destes seria então a figura do juiz.

Em 1923, foi instalado o primeiro juizado de menores do país, no Rio de Janeiro, então capital federal. Posteriormente, o código de menores, idealizado por Melo Matos, foi promulgado em 1927 e esse modelo institucional político permaneceu até meados da década de 80 funcionando como órgão centralizador do atendimento oficial ao "menor", podendo este ser recolhido nas ruas ou levado pela própria família.

O juizado de menores tinha diversas funções, mas o que chama atenção é a internação de menores abandonados e delinquentes. Essa prática foi popularizada entre as classes mais pobres como alternativa de cuidado e educação. Com a instauração da justiça de menores, foi incorporado na assistência o espírito científico da época, transcrito para a prática jurídica pelo minucioso inquérito médico psicólogo e social do menor. (Duarte Alencar, 2010, p. 59)

Por fim, Marcilio (1991) aponta que a última fase desse processo seria do Estado de bem-estar social, que surge nas décadas do século XX, nessa fase a criança e o adolescente ganharam um lugar na sociedade tornando indivíduos e alvo de proteção, tendo em vista o alcance de seus direitos, com a distinção da criança rica e pobre bem delineada. Mas somente em 1960 o Estado brasileiro se tornou o grande interventor e principal responsável pela assistência e pela proteção à infância pobre e a infância desviante, sendo assim com o novo código determinava a função para o poder público de criar entidades de assistência e proteção ao menor e dispor de centros especializados destinados para menores.

Segundo Osterne (1986), com a Lei 4.513 de 1 de dezembro de 1964, se definiu a Política de Bem-estar do Menor – PNBEM, juntamente com a criação da fundação nacional do Bem-estar do Menor – FUNABEM. A PNBEM configurou se como um instrumento de racionalização e eficiência, mas logo se mostrou como uma Política com um viés de prática compensatória, de controle social, reprodução social e legitimação do poder.

Art. 5º A Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor tem como objetivo formular e implantar a política nacional do bem-estar do menor, mediante o estudo do problema e planejamento das soluções, a orientação, coordenação e fiscalização das entidades que executem essa política.

Parágrafo único. As atribuições do atual Serviço de Assistência a menores passam à competência a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor.

Art. 6º Fixam-se como diretrizes para a política nacional de assistência a cargo da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, além dos princípios constantes de documentos internacionais, a que o Brasil tenha aderido e que resguardem os direitos do menor e da família:

I - Assegurar prioridade aos programas que visem à integração do menor na comunidade, através de assistência na própria família e da colocação familiar em lares substitutos;

II - Incrementar a criação de instituições para menores que possuam características aprimoradas das que informam a vida familiar, e, bem assim, a adaptação, a êsse objetivo, das entidades existentes de modo que somente do menor à falta de instituições dêsse tipo ou por determinação judicial. Nenhum internacional se fará sem observância rigorosa da escala de prioridade fixada em preceito regimental do Conselho Nacional;

III - Respeitar no atendimento às necessidades de cada região do País, as suas peculiaridades, incentivando as iniciativas locais, públicas ou privadas, e atuando como fator positivo na dinamização e autopromoção dessas comunidades. (Lei nº 4.513, de 1º de dezembro de 1964)

O objetivo da FUNABEM seria a implantação da política nacional de bem-estar ao menor, mediante ao estudo do problema, planejamento das soluções, orientações e formas de execução. Segundo Osterne (1986), o discurso da FUNABEM se apresenta como monopolizadora, no saber

técnico e científico específico e especializado no menor, assim limitando e se apresentando como um processo ultrapassado e institucionalizado ao menor, não conseguindo alcançar a complexidade do problema.

Diante do exposto Rizzini e Pillotti (2011) apresentam que somente a partir da década de 1980 se instalou uma grande mobilização referente as adversidades e a real da situação da criança e do adolescente no país, assim começou a ser questionada e analisada a problemática do alarmante número de crianças e adolescestes em situação de pobreza. Assim, o surgimento de novos atores políticos principalmente pelas Organizações não-governamentais (ONGs), acrescida de demais grupos, denominados como sociedade civil, com apoio também da Igreja, se instaurou o início da luta pela garantia dos diretos das crianças e dos adolescentes.

De acordo com o Ministério da Saúde (2018), os grandes marcos dessa época foram referente a intensa mobilização para elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990), no mesmo ano de 1990 foi aprovado o ECA, a Constituição Federal de 1988, a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (1989) – que foi ratificada pelo Brasil em 1990, onde introduziram o ordenamento jurídico para a concepção de criança e adolescentes como sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento.

Diante do exposto Azevedo e Sarat (2007), afirmam que a instituição da infância se torna um processo permeado pelas relações sociais contidas nos processos sociais, como também as constantes mudanças sociais da civilização.

Bem com o lugar de formação do indivíduo e suas particularidades, e da própria instituição das conjunturas familiares, perpassam as esferas públicas e privadas, por conseguinte a interdependência envolvendo adultos e crianças em diversos momentos e marcos da história.

1.1.1 GRAVIDEZ NA ADOLECÊNCIA NO BRASIL

Adolescência, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), é caracterizada pelo período de 10 e 19 anos, já para o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considera a adolescência o período entre 12 e 18 anos. No que se refere à gravidez na adolescência, Neto et al, (2007) apresentam que, atualmente, no Brasil e nos países em desenvolvimento, ela é considerada um risco social e um grave problema de saúde pública. Pinto et al (2022) apontam que o aumento

das chances de gravidez gira em torno da ocorrência de uma atividade sexual desprotegida e precoce.

Conforme Rossetto et al (2014), houve uma diminuição significativa no número de adolescentes que se tornaram mães, nas últimas décadas, no Brasil, porém os números continuam em uma situação alarmante, trazendo grande preocupação, Nascimento et al (2021, p 01) afirmam que anualmente mais de 16 milhões de adolescentes com idades de 15 a 19 anos tornam-se mães, em países de média e baixa renda como o Brasil. Dados do Sistema Único de Saúde - SUS, informam que no Brasil um a cada sete “bebê” que nascem, são de mães adolescentes, outro aspecto é que por dia um total de 1.043 adolescentes se tornam mães no país.

Mas um parâmetro importante destacado por Nascimento et al (2021) é que, no Brasil, existe uma porcentagem baixa no que diz respeito aos estudos espaciais relacionados a gravidez na adolescência, porém todos reafirmam sua ligação de forma correlacionada a fatores socioeconômicos, de raça e etnia. Salienta Nunes (2012) que, no Brasil, o debate sobre a gravidez na adolescência teve início no âmbito da saúde pública em razão de seus altos índices.

Segundo Pinto et al (2022), a gravidez na adolescência no Brasil é considerada de alto risco, como por exemplo, pode ocorrer casos frequentes de pré-eclâmpsia¹ e a endometrite puerperal². Em contraponto, Nascimento et al (2021) apontam que a gravidez na adolescência pode gerar um sofrimento psíquico intenso, autovalorização negativa e pouca ou nenhuma expectativa em relação ao futuro, isso pode ter como consequência a evasão escolar, maior chance de repetência escolar e dependência econômica. Diante dessa afirmação a gravidez na adolescência não deve ser classificada como de risco apenas pelo parâmetro biomédico, tem que observar também fatores como estilo de vida, culturais e estruturais.

A gravidez na adolescência se torna um fenômeno único é uniforme e quase atemporal como cita Vieira et.al (2017), onde o ambiente em que esta adolescente se insere pode contribuir

¹ Kahhele et al (2018), define a Define-se pré-eclâmpsia como o desenvolvimento de hipertensão, com proteinúria e/ou edema de mãos ou face. Ocorre após a 20ª semana de gravidez, ou anteriormente a esse período, na moléstia trofoblástica gestacional. A pré-eclâmpsia é predominantemente uma patologia da primigesta.

² Segundo Duarte et al (2005) a endometrite é complicação frequente no período puerperal, com incidência de 1 a 3% após partos vaginais e cerca de dez vezes mais em partos cesáreos. Sabe-se que a endometrite é infecção poli microbiana na maioria absoluta dos casos, causada por bactérias da flora vaginal normal que ascendem ao trato genital superior.

de forma indireta para sua falta de interesse na vida escolar, o que pode gerar um ciclo vicioso de adolescentes que acabam por abandonar os estudos. Em conformidade, Rossetto et al (2014) apontam que uma gravidez no período da adolescência representa um fator adicional com o qual a adolescente precisa lidar.

De acordo com Jesus et al. (2011), a adolescência é uma fase marcada por diversas mudanças na vida e no cotidiano, passando da fase de criança e tornando-se um adolescente e uma dessas mudanças está atrelada a sexualidade. Sendo assim a adolescente está mais suscetível e vulnerável a uma gravidez não planejada, e conseqüentemente ao abandono escolar.

Segundo o Ministério da Saúde (2018), um percentual de cerca de 66% das gestações precoce em adolescentes são consideradas indesejadas, esse evento se dá a partir de múltiplos fatores que podem ocorrer devido ao aparecimento de algumas condições adversas, como, por exemplo, falta de acesso à informação, ruptura na rede de apoio familiar e comunitária.

Em contrapartida Paula (2014), aponta que é importante ressaltar que nem sempre uma gravidez na adolescência pode ser indesejada, portanto, é necessário combater os estigmas impostos e atribuídos as adolescentes que são mães. Segundo Pinto et al (2022), outra problemática de uma gravidez na adolescência são as conseqüências da fase do puerpério, esse período pode acarretar a estimulação de um senso maturidade muito precoce.

Diante dos fatos apresentados, é importante ressaltar os direitos do Adolescente, então a lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990, dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, com isso assegura:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Seguindo a linha de raciocínio sobre os direitos da adolescente, Constituição Federal de 1988 elenca também o rol dos direitos sociais, que garante direitos fundamentais de todo cidadão e cidadã brasileira. Este engloba também a proteção social à maternidade. Diante disto, foram aprovadas normas nacionais para garantir e assegurar os direitos dos adolescentes, como também para adolescentes em período de gravidez, com isso entra em vigor a Lei Federal Nº 6.202, de 17 de abril de 1975, onde é assegurado a adolescente gestante o direito de estudar:

Art. 1º A partir do oitavo mês de gestação e durante três meses a estudante em estado de gravidez ficará assistida pelo regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei número 1.044, 21 de outubro de 1969.

Parágrafo único. O início e o fim do período em que é permitido o afastamento serão determinados por atestado médico a ser apresentado à direção da escola.

Art. 2º Em casos excepcionais devidamente comprovados mediante atestado médico, poderá ser aumentado o período de repouso, antes e depois do parto.

Parágrafo único. Em qualquer caso, é assegurado às estudantes em estado de gravidez o direito à prestação dos exames finais.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sendo assim, a adolescente gestante tem o direito de exercícios domiciliares durante e a partir do oitavo mês de gestação, este afastamento pode perdurar mesmo depois do parto, mediante um atestado médico, que comprove a necessidade, tendo como direito garantindo a realização de provas e exames finais. Entretanto é importante explicitar que essa legislação não foi desenhada especificadamente para adolescentes, visto que existem estudantes grávidas em várias fases da vida.

De acordo com o Ministério da Saúde (2018), outra norma nacional, a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que discorre sobre o Planejamento Familiar, não trata diretamente sobre a saúde sexual e saúde reprodutiva dos adolescentes, mas de acordo com os princípios e diretrizes adotados pela Constituição Federal, pelo ECA e também pelo Sistema Único de Saúde, seria este também um direito do adolescente.

Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996 traz disposições sobre o direito ao planejamento familiar:

Art. 3º O planejamento familiar é parte integrante do conjunto de ações de atenção à mulher, ao homem ou ao casal, dentro de uma visão de atendimento global e integral à saúde.

Parágrafo único - As instâncias gestoras do Sistema Único de Saúde, em todos os seus níveis, na prestação das ações previstas no caput, obrigam-se a garantir, em toda a sua rede de serviços, no que respeita a atenção à mulher, ao homem ou ao casal, programa de atenção integral à saúde, em todos os seus ciclos vitais, que inclua, como atividades básicas, entre outras:

I - a assistência à concepção e contracepção;

II - o atendimento pré-natal;

III - a assistência ao parto, ao puerpério e ao neonato;

IV - o controle das doenças sexualmente transmissíveis;

V - o controle e a prevenção dos cânceres cérvico-uterino, de mama, de próstata e de pênis.

Portanto, de acordo com o artigo 2, o planejamento familiar trata-se de ações de regulação da fecundidade que garanta direitos iguais de constituição, limitação ou aumento da prole pela mulher, pelo homem ou pelo casal, por conseguinte, assegura e regula um conjunto de ações voltados para a saúde sexual e reprodutiva do adolescente, tendo direito ao atendimento integral e incondicional, sem nenhum tipo de discriminação, garantindo sua privacidade e sigilo.

O Ministério da Saúde (2018) aponta, no documento proteger e cuidar da saúde do adolescente na atenção básica, uma problemática em relação a paternidade na adolescência, onde existiria um “muro de silêncio” explica:

Existe um verdadeiro “muro de silêncio” sobre a paternidade na adolescência. Entre os diversos motivos que justificam essa invisibilidade, destacamos: 1) o filho em geral, é percebido em nossa cultura como sendo da mãe; 2) o homem jovem quase sempre é percebido, a partir de um estereótipo machista, como naturalmente promíscuo, inconsequente, aventureiro e impulsivo; 3) o jovem pai é visto, no mesmo contexto anterior, sempre e por princípio, como ausente e irresponsável: “nem adianta procurá-lo que ele não quer nem saber!”; 4) o jovem

pai é reconhecido mais no papel de filho do que de pai. Em relação à paternidade. (Ministério da saúde, 2018, p 176)

Diante do exposto, toda carga da maternidade recai sobre figura materna em questão, afirmando e cultivando que o “filho é somente da Mãe”, assim, a concepção de cuidado e criação dos filhos acaba por se restringir e limitar-se apenas à figura materna, o que acaba reafirmando o exercício do papel de ser mãe perante a sociedade. Com isso Fonseca e Araújo (2004), argumentam que, se colocado em um dado contexto cultural o qual dispõe a maternidade como principal papel social exercido pela mulher, acaba por ao reiterar a prática da maternidade precoce.

De acordo com Gonçalves, Parada e Bertocello (2011), a gravidez não é um fenômeno novo, mas diante do contexto e cenário atual vem ganhando grande visibilidade, isso se dá a partir de um aumento relativo de nascimento de bebês que tem mães com menos de vinte anos e a maior parcela delas são de baixa renda. Outro aspecto que considera relevante é que o impacto da evasão escolar não se aplica somente à adolescente, mas também ao pai da criança, quando assumem parte da responsabilidade, acabam eventualmente por deixar a vida escolar, quando se deparam com a possibilidade de exercer um trabalho, diante da responsabilidade de se tornar o provedor.

1.1.2 CENÁRIO DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA EM CEILÂNDIA/DF

A Companhia de Planejamento do Distrito Federal - Codeplan realizou a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD – no ano (2021), com isso é possível traçar o perfil socioeconômico a população-alvo, antes de apresentar esse perfil, se faz necessário conhecer melhor a região administrativa da Ceilândia, para assim obter uma reflexão mais clara sobre as questões como: estrutura, habitação, locomoção e as desigualdades encontradas neste local.

De acordo com a Codeplan (2021), em relação a contextualização do surgimento da região administrativa da Ceilândia, localizada no Distrito Federal, este em decorrência de um grande projeto de relocação de população que morava em áreas não regulares, por meio da Campanha de Erradicação de Invasões - CEI, que deu origem ao seu nome. Severo (2014) afirma que a região administrativa da Ceilândia é considerada a mais populosa do Distrito Federal.

Ceilândia que é a Região Administrativa mais populosa do Distrito Federal está subdividida nos seguintes setores: Ceilândia Centro, Ceilândia Sul, Ceilândia Norte, P Sul, P Norte, Setor O, Expansão do Setor O, QNQ, QNR, Setores de Indústria e de Materiais de Construção, Condomínio Privê, e os condomínios Pôr do Sol e Sol Nascente, que estão em fase de regularização. No contexto regional, Ceilândia faz fronteira com o Estado de Goiás e com três Regiões Administrativas do Distrito Federal – Taguatinga, Samambaia e Brazlândia, com as quais tem grande eixo de ligação, e está situada a 26 quilômetros da Região Administrativa I – Brasília. (Severo, 2014, p. 37)

Diante disso, Peixoto, Oliveira e Waldvogel (2021) apresentam o histórico de criação da Ceilândia de uma forma cronológica, com a criação da Ceilândia, no período de 1970 a 1971, a uma distância de aproximadamente 31 km do ponto focal de Brasília, o Plano Piloto, essa cidade teve como objetivo acomodar a população que era pobre.

A UV em Ceilândia é distinta daquela do Plano Piloto. O primeiro aspecto a diferenciá-las é o fato de que, no caso da segunda, as superquadras não são subdivididas em lotes – lembrando que o solo não é propriedade privada, mas pública. São ocupadas pelos blocos residenciais de seis pavimentos sobre pilotis, cada quatro superquadras constituindo uma UV. Além disso, as superquadras são cingidas por renques de árvores, em coerência com a intenção bucólica que Costa pretendeu dar à cidade. Em Ceilândia, não houve preocupação semelhante; as UVs são desprovidas de arborização, quase restrita à sua principal avenida. (Peixoto, Oliveira e Waldvogel, 2021, p. 07)

Segundo Severo (2014), a concepção de Ceilândia foi considerada como inovadora, por se tratar de um projeto de erradicação de favelas. Porém (em contradição) aponta fatos cruciais como o desenvolvimento precário e sem ordenamento, bem com a perceptível segregação.

Tal feito tinha como propósito maior o de integrar a população marginalizada a um modelo de comunidade organizada, assegurando-lhes melhores condições de vida e bem-estar social. Porém, não foi isso que aconteceu, segundo os pioneiros em seus relatos, a vida que se tinha no início da cidade era precária, e vários foram os problemas encontrados. (Severo, 2014, p. 34)

De acordo com Peixoto, Oliveira e Waldvogel (2021), a transferência dessas pessoas para a região administrativa de Ceilândia foi realizada mediante cadastramento, porém é importante destacar que os lotes destinados às famílias vistas como pobres não foram doados, mas adquiridos

e pagos. Outro aspecto está relacionado à falta de saneamento básico, iluminação, transporte e locomoção, ou seja, uma cidade que começou sem nenhuma infraestrutura.

Outro aspecto que Peixoto, Oliveira e Waldvogel (2021) chamam atenção é para as atuais casas da região administrativa da Ceilândia onde a ocupação dos lotes consiste em mais de uma moradia no mesmo lote, fazendo assim a dicotomia entre Ceilândia e o Plano Piloto, pois no Plano Piloto as moradias consistem em residências que abrigam somente um núcleo familiar, já na Ceilândia muitos lotes abrigam mais de um núcleo familiar, contendo várias casas em um mesmo lote, com famílias diferentes e muitas vezes sem nenhuma relação de parentesco.

Ao falar de uma população que é atingida por diversas desigualdades e que vivenciam diversas expressões da questão social, torna-se fundamental falar de racismo, para Almeida (2019) o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento. De acordo com Moura (1994), o racismo é um sistema de opressão que estrutura a sociedade e consequentemente estrutura as pessoas que compõem a sociedade, sendo assim é utilizado como uma chave para acumular riquezas, como uma arma de vitalidade para dominar pessoas.

Diante disso Almeida (2019), traz duas concepções de Racismo: o institucional e o estrutural, o primeiro está sob a perspectiva que o racismo não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do funcionamento das instituições, que passam atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça. Já na segunda concepção, afirma que o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações Políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. Diante disso surge a afirmação de que o racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção.

De acordo com dados da Codeplan (2017), segundo os dados fornecidos pela PDAD 2015, O Distrito Federal possui mais de 700 mil crianças e adolescentes, então cerca de 25% da população, esse estudo parte dos pressupostos de dependência juvenil para analisar as regiões administrativas do Distrito Federal. Com isso a Ceilândia por sua vez apresenta, ser a região que apresenta o maior volume populacional nesta faixa etária (mais de 130 mil).

A PDAD 2021 aponta que a população urbana da região administrativa (RA) da Ceilândia era de 350.347 pessoas, sendo 52,6% do sexo de nascimento feminino, outro aspecto é que praticamente todas as crianças do Distrito Federal, nas idades entre 7 a 14 anos, frequentam o ensino fundamental, estão na escola, segundo os dados da PDAD 2015. No último grupo etário, de 15 a 18 anos, volta-se a observar distorções nos percentuais de frequência à escola entre as regiões do Distrito Federal.

Diante disso, a Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN (2021) divulgou o estudo “Gravidez na adolescência no Distrito Federal: uma análise realizada entre 2000 e 2016”. Nele, aponta que as adolescentes do sexo feminino com idades entre 14 a 19 anos, em 2018, no Distrito Federal eram 137.722, desse total, 7.077 eram mães, o que representava 5,1% dessa população.

Afirma também que as regiões de média-baixa renda como: Brazlândia, Ceilândia, Planaltina, Riacho Fundo, Riacho Fundo II, SIA, Samambaia, Santa Maria e São Sebastião, um total de 7,2% das adolescentes de 14 a 19 anos eram mães, entretanto quando comparada com as regiões consideradas como de média-alta renda, (Águas Claras, Candangolândia, Cruzeiro, Gama, Guará, Núcleo Bandeirante, Sobradinho, Sobradinho II, Taguatinga e Vicente Pires), esse percentual é bem menor, um total apenas de 2,2% das adolescentes eram mães.

Um aspecto de suma importância a considerar nesse estudo é que 69% destas mães adolescentes não estavam inseridas no ensino formal, outro aspecto é que entre as mães adolescentes, 81% eram negras, assim Carnaúba (2019), aponta que trazer os aspectos relacionados a gravidez na adolescência no Brasil é fundamental, entretanto é crucial refletir sobre a dimensão étnico-racial, devido à existência de um padrão muito semelhante nas taxas de fecundidade de mulheres pretas e pardas, de modo que essas costumam ter filhos mais jovens do que as mulheres brancas.

De acordo com a PDAD (2015), a inserção da criança e adolescente no ambiente escolar pode definir o futuro dos indivíduos, pois desta forma possibilita um maior desenvolvimento pessoal, social e relacional. Além disso, afirma que o acesso à educação é um direito que deve ser garantido a todas as crianças e adolescentes.

O Ministério de saúde (2018), aponta que a gravidez na adolescência tem sido um grande desafio, um desses em destaque é o risco psicossocial, já que a maternidade pode influenciar no abandono escolar e dificultar o acesso ao mercado de trabalho, de todo modo, torna-se uma questão de alta complexidade, que necessita de uma análise minuciosa, visto que outros fatores acabam por contribuir para o fenômeno da evasão escolar em conjunto da exclusão social dos adolescentes.

2. GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA, IMPACTOS FAMILIARES E AFETIVOS NA EVASÃO ESCOLAR

Neste capítulo, é abordado o papel da família como mecanismo de proteção social, bem como as conjunturas e configurações familiares, diante do processo de mudança dos padrões de relacionamento e a busca de uma certa forma de agregação influenciada direta ou indiretamente pelo desenvolvimento socioeconômico de seus membros.

Aborda o ser adolescente em sua totalidade, como suas crises de identidade, autoridade e sexual, associando ao fenômeno da gravidez na adolescência com a alta taxa de evasão escolar. Porém, não se atentando apenas ao fator da gravidez na adolescência ser como uma força motriz para a evasão escolar, trazendo aspectos como falta de um provedor na família, questões socioeconômicas, laços afetivos rompidos, falta de incentivo e a vulnerabilidade social, podem contribuir para que a escolarização não se torne o principal objetivo.

2.1 CONJUNTURAS FAMILIARES

O conceito de família, segundo Acosta e Vitale (2010), aparece e desaparece nas teorias sociais humanas, a princípio a família, nos anos 60, era vista como antagônica à organização popular e aos movimentos sociais, com funções estabelecidas e clássicas, enraizadas no cuidar e educar, sendo essa a mediação entre o indivíduo e a sociedade. Acosta e Vitale (2010) exprimem que a configuração familiar se modifica profundamente, sendo que, na atualidade, deixa de ser constituída unicamente por um casamento formal diversificando-se em unidades familiares formadas por casamento civil ou religioso ou apenas a união estável, bem como a união de “casais homoafetivos”. É importante ressaltar que os grupos podem ser formados por diversos integrantes como por exemplo pais, filhos, netos, avós e sobrinhos.

A passagem da família-tronco para a família nuclear, ao longo da renascença, traz consequências diretas para as crianças: integrá-las na comunidade por meio de uma educação escolar como indivíduo de direito na sociedade, que é o início de um processo que se consolidou na contemporaneidade. (Acosta e Vitale, 2010, p. 54)

Para Duarte e Alencar (2010), analisar uma família colocada na sociedade contemporânea significa sempre colocar em uma ótica horizontal, onde esta vive em um mundo cada vez mais

globalizado onde tem a reestruturação do trabalho e a retração do estado na área social. Assim, localizar a família na complexidade da sociedade moderna, tem que se analisar e ter o pressuposto de sua magnitude e pluralidade, em uma perspectiva de que os sujeitos sociais são sujeitos em constante transformações.

Aprendemos que as relações de parentesco são resultadas das combinações de 3 relações básicas: a descendência entre pais e filhos; a consanguinidade entre irmãos; e afinidade a partir do casamento, sendo a família considerada um grupo como grupo social por meio do qual se realizam esses vínculos. Contudo, temos convívio com realidades diferenciadas que conformam a constituição desse fenômeno família ponto pensar a família hoje pressupõe seu entendimento quanto um fenômeno que abrange as mais diferentes realidades. (Duarte e Alencar, 2010, p 18)

Então, Roudinesco (2003) aponta que a ordem familiar econômica-burguesa repousa, portanto, em três fundamentos: a autoridade do marido, a subordinação das mulheres e a dependência dos filhos. Diante disso, o fato de a paternidade ter sido reconduzida nessa função autoritária, não impediu, porém que se sujeitasse a todo tipo de fragmentação, posteriormente a imagem de um pai dominador cedeu a lugar progressivamente a representação de uma paternidade étnica. Ao longo de todo o século XIX, autoridade paterna foi intensamente revalorizada, mas em alguns lugares foi constantemente rompida, dividida e fragmentada.

De acordo com Acosta e Vitale (2010) cada família constroi a sua própria história, sendo assim faz-se necessário pensar na família é o modo como elas se constroem, bem como essa construção da noção de si mesmo enquanto sujeito individual em meio coletivo, sempre fazendo referência e situando a cultura dentro do núcleo familiar sem a distinção dos parâmetros coletivos e fazendo ligamento as relações de parentescos. Com isso, aponta que o modelo patriarcal de família tem a análise e associação contínua entre casa e família, sendo a figura feminina constituída e apropriada da casa e já a figura masculina o homem constituinte da família, fazendo jus assim de uma análise de um par complementar e hierárquico.

Em consonância com a precedência do homem sobre a mulher e da família sobre a casa, um homem é considerado o chefe da família e a mulher, a chefe da casa ponto continua o homem corporifica a ideia de autoridade, com uma mediação da família com o mundo externo. Ele é a autoridade moral, responsável pela respeitabilidade familiar. A mulher

cabe outra importante dimensão da autoridade manter a unidade do grupo. Ela é quem cuida de todos e zela para que tudo esteja em seu lugar. (Acosta e Vitale, 2010, p.28)

Acosta e Vitale (2010) afirmam que a noção de família, assim, define-se em torno de um eixo moral, essa dimensão é a mesma que indiferença os filhos de sangue e os filhos de criação com uma relação de extensão horizontal. Acosta e Vitale (2010), afirmam que com a descoberta da paternidade está interligada com a questão da propriedade, a figura masculina passa a controlar a tanto a vida sexual das mulheres que vai desde a virgindade desta até o casamento. Sendo este modelo de família constituído por uma configuração monogâmica e patriarcal.

O declínio do poder patriarcal e de princípios e controles religiosos e comunitários mais tradicionais traduziu-se em mudanças nas relações de gênero, na ampliação da autonomia dos diversos componentes da família e em um exercício bem mais aberto e livre da sexualidade, dissociada das responsabilidades da reprodução. (Carvalho e Almeida, 2003, p 112)

Assim Kaloustin (2010) relata que a situação das famílias é também caracterizada por problemas de caráter sociais advindo de uma natureza diversa, como por exemplo a exploração e abuso, bem com as barreiras econômicas, sociais e culturais no que se refere ao desenvolvimento integral de seus membros. Carvalho e Almeida (2003) questionam sobre a centralidade e o futuro da família nas sociedades contemporâneas, em relação às atribuições de suas responsabilidades e funções sociais em decorrência das particularidades, demandas e adversidades contidas nos locais em que se reproduzem.

De acordo com Roudinesco (2003) a constituição da família vai além do primário natural induzido pela diferença sexual, ou seja, a união do homem de uma mulher, também intervém de uma outra ordem de realidade, onde a instituição família repousa na existência de uma diferença anatômica e perpassa a passagem da natureza a cultura.

Assim, Carvalho e Almeida (2003) apontam que os fenômenos que perpetuam modificações na estrutura e reprodução dos papéis tradicionais familiares, podem ser advindos

de fatores como, as mudanças na estrutura da família ocidental típica, as crises econômicas atuais.

Entre os fenômenos que traduzem as modificações na estrutura tradicional das famílias estariam:

Aumento da proporção de domicílios formados por “não famílias”, não apenas entre os idosos (viúvos), mas também entre adultos jovens que expressariam novo individualismo”;

- A redução do tamanho das famílias;
- A fragilização dos laços matrimoniais, com o crescimento das separações e dos divórcios;- Incremento da proporção de casais maduros sem filhos;

e

- A multiplicação de arranjos que fogem ao padrão da típica família nuclear, sobretudo de famílias com apenas um dos pais, e em especial das chefiadas por mulheres sem cônjuge. (Carvalho e Almeida, 2003, p 110)

Segundo Roudinesco (2003) a família agora em diante não será mais vista apenas como uma estrutura do parentesco que restaura a autoridade derrotada do pai, mas como um lugar de poder descentralizado e de múltiplas aparências. Com isso cria características de uma rede assexuada, fraterna, sem hierarquia nem autoridade, e na qual cada um se sente autônomo ou funcionalizado.

Assim, as alterações na estrutura familiar atualmente em curso no Ocidente podem estar simplesmente marcando o retorno “ao estado complexo e diverso em que de fato a família passou a maior parte do milênio”. Ainda que no passado as causas não tenham sido as mesmas, fenômenos como o incremento do número de separações, de casamentos tardios, de nascimentos fora do casamento ou da proporção de mulheres trabalhando fora, já se verificaram em outros momentos das sociedades ocidentais. (Carvalho e Almeida, 2003, p 108)

Segundo Kaloustin (2010) a família vive e procura uma forma específica de agregação, onde tem uma dinâmica de vida própria, essa é afetada de forma direta e indireta pelo processo de desenvolvimento socioeconômico e pelo impacto da ação do estado através de suas políticas econômicas e sociais. Wagner (2005) afirma que a força da família em sua perpetuação ocorre mediante a transmissão de seus legados, em um círculo de geração em geração em diversas culturas.

Duarte e Alencar (2010) afirmam que as mudanças nos padrões de relacionamentos entre homens e mulheres rebatem nas relações familiares. Kaloustin (2010) aponta, no que se refere as famílias monoparentais, tem se verificado um grande aumento destas principalmente as chefiadas por mulheres, em que são o principal provedor familiar.

A frequência de famílias monoparentais está associada a um dos fenômenos mais destacados pelo Censo de 2000 e pelas últimas PNADs: o aumento das responsabilidades das mulheres, que passaram a responder pela chefia de um em cada quatro domicílios no Brasil (27,3% segundo a PNAD 2001). De acordo com os Censos Demográficos, isso significou um incremento de 37,6% entre 1991 e 2000. (Carvalho e Almeida, 2003, p 113)

Carvalho e Almeida (2003) relatam que o conceito de família é polissêmico, contendo várias concepções, a primeira delas no sentido restrito consiste no núcleo familiar básico e em seu sentido amplo em indivíduos que podem ou não ter laços consanguíneos, por meio de solidariedade e comparação, as redes familiares são bastante complexas e estão em constante atualização.

Por fim, Acosta e Vitale (2010) relatam que com as novas mudanças da vida familiar em relação aos casamentos, e novas configurações familiares, fica evidente também a importância dos laços intergeracionais e destacam-se também a presença de avós nas cenas familiares. Apontam que os avós tendem a ser para os netos, um polo de estabilidade familiar diante das fragilidades e estreitamento dos laços conjugais familiares.

Em relação aos laços intergeracionais, Wagner (2005) relata que os processos de transmissão de geração em geração estão separados em três termos que são comumente utilizados de forma indiscriminada: transgeracionalidade, intergeracionalidade e multigeracionalidade. A transgeracionalidade perpassa a história da família preexistente, a intergeracionalidade se refere a reciprocidade e passa de uma geração a última a multigeracionalidade envolve mais de uma geração e ocorre entre a ligação de uma geração a outra.

Wagner (2005) afirma que o termo lealdade é um conceito fundamental para a compreensão da estrutura relacional das famílias e de outros grupos sociais, essa lealdade pode ser definida em termos moral, político e psicológico. A lealdade então pode criar vínculos de conexão entre

gerações passadas e futuras. Está podendo marcar também o pertencimento a um grupo, no seu conceito mais fundamental tem objetivo de sobrevivência do próprio grupo.

Além disso, as lealdades mostram-se estreitamente inter-relacionadas tanto com a configuração como com a estruturação da família, criando laços entre as gerações. [...] Pode sim então, definir a lealdade como uma força que torna o sujeito um membro efetivo do grupo e, ao mesmo tempo, lhe exige, em troca, o compromisso de obedecer às regras do sistema e cumprir os mandatos que eles são delegados, mesmo que não sejam conscientes. (Wagner, 2005, p 30)

O papel da família como mecanismo de proteção social, Carvalho e Almeida (2003) concluem que na base das relações de parentesco cultural e historicamente a família trata-se de uma das instituições sociais básicas. Onde a família é apontada como uma das engrenagens principais não apenas para a sobrevivência dos seus membros, mas também para a proteção e a socialização de seus integrantes, nas relações de gênero e na contribuição na geração do capital. Onde a família opera como espaço de produção, transmissão e norteamento.

Assim, Acosta e Vitale (2010) afirmam a importância da família como polo fundamental na construção de seus membros e da sociedade, seja qual for a sua composição, e seja qual for o entendimento que ela se tenha do processo de mudança social, esta passa as decisões e a maioria dos processos culturais básicos para os seus membros, estes podem contribuir para a mudança ou enraizar procedimentos. Duarte e Alencar (2010) afirmam que as configurações familiares, na contemporaneidade, apresentam diversas formas de núcleo familiar, podem ser constituídas por pessoas do mesmo sexo, assim afirmam que é preciso desconstruir o entendimento da família como instituição natural que é relacionado unicamente a procriação.

2.1.1 FAMÍLIA E RELAÇÃO COM O ADOLESCENTE NA GRAVIDEZ

A metamorfose do ser adolescente, terminologia utilizada por Carvajal (1996), em que apresenta a associação do processo de desenvolvimento dos adolescentes como um processo de metamorfose, diante disso, fazendo a associação da fase da lagarta com a infância, da borboleta com a vida adulta, e o casulo recolhido com a adolescência, esse recolhimento seria então a parte mais dolorosa da transformação, visto que, é um processo complexo, que traz novas experiências,

convivo social, bem como o sentimento de medo e a grande dicotomia entre a expectativa e incompreensão por parte da sociedade

Pensar em família sugere pensar em um grupo social. Pratta e Santos (2007) apontam que esse grupo social exerce uma determinada dominação sobre a vida das pessoas, então pensar no grupo família necessita compreender que é uma organização complexa. Diante do exposto, Carmo (2007) afirma que o papel da família atualmente está sendo redesenhado à medida que os seus membros se relacionam com diversos indivíduos e contextos sociais, e que existem atualmente várias formas de família com diferentes composições da tradicional estabelecida pelo sistema patriarcal.

Em relação à exposição feita acima, Acosta e Vitale (2010) apontam que a forma de intervenção tecnológica é fundamental no que se refere a laços e responsabilidades familiares, isso está relacionado diretamente também no que se diz respeito ao homem, bem como seu lugar e papel de pai, trazendo assim tensões no que se refere ao lugar do masculino no núcleo familiar.

Com isso, Del Priore (1991) afirma que no que se refere aos laços afetivos e a evolução da intimidade no seio familiar, aponta a precariedade da mesma, com lares monoparentais em conjunto da pobreza. E explicita que, desde a colonização, em uma época em que meninas de 15 anos eram consideradas aptas para se casar, então as crianças eram obrigadas a se adaptar ou perecer diante a sociedade, sendo assim, desde o início, a estrutura familiar estava condicionada e caracterizada não por relações de afeto, mas sim por uma relação condicionalmente hierárquica. Então, a relação entre pais e filhos foi sofrendo mudanças, onde passou de imposição e autoridade/hierarquia, para a valorização do relacionamento aberto.

Carvajal (1996) disserta sobre os conceitos de crises de identidade, crise de autoridade e a crise sexual. A primeira delas seria a crise de identidade, que por definição é a crise central da adolescência, o pilar estrutural da metamorfose, o self seria então o centro da identidade. A crise sexual acaba por ser a mais complexa para adolescente, baseada na reorganização do erotismo sobre novas leis e estruturas. O foco é na crise de autoridade que reflete no convívio dos adultos com os adolescentes e se baseia nas atitudes de oposição, rebeldia e de confronto dos adolescentes, sempre relacionadas com a autoridade já pré-estabelecida ou instaurada. Porém, Acosta e Vitale (2010) compreendem essa crise sob outra ótica.

Muitas vezes, tem-se que o dialogar com uma criança ou um adolescente ameaça a autoridade. Não é o caso pois o que se persegue é a instauração de um pensamento crítico, com sensibilidade e abertura para compreender o outro, além da confiança em sua capacidade de compreensão e disponibilidade para criar novas soluções, dentro dos fundamentos étnicos da educação. Trata-se de transmitir conhecimentos e uma interpretação do mundo. Isso não significa ausência de conflitos, e é na sua superação que se realiza a dupla função de proteger a criança e o mundo. (Acosta e Vitale, 2010, p.58)

Higa et al (2015, p 880) afirmam que a adolescência é uma etapa da vida compreendida entre a infância e a fase adulta, onde é marcada por um complexo processo de crescimento e desenvolvimento biopsicossocial. Em conformidade, Pratta e Santos (2007) esclarecem que família exerce um papel primordial no crescimento e desenvolvimento biopsicossocial dos seus membros. Carmo (2007) alerta que em uma totalidade inserida no contexto familiar, há a intersecção de vários campos, que concerne então na necessidade de reorganização de cada indivíduo.

Adolescência e maternidade são períodos que implicam uma série de transformações, para Guimarães e Witter (2008) quando se trata de uma mãe adolescente, existe um grande impacto e muitas mudanças na vida dessa jovem e na dinâmica da família em geral. Relacionado a adolescência, Carvajal (1996), aborda que para ter uma visão mais clara da adolescência de um ponto de vista teórico profundo, é preciso compreender e analisar as crises de identidade é preciso entender os desenvolvimentos do ego e suas faces, fazendo o uso dos conceitos do self e dos objetos para estruturar e compreender o funcionamento do inconsciente da criança e do adolescente, bem como o do adulto.

Para Dias e Gomes (1999) a gravidez na adolescência para os pais se apresenta de uma forma em que os pais irão sair à procura de construir um novo sentido, essa nova busca pode ser proeminente de três bases interdependentes: a cultura, a família e a própria individualidade. Segundo Dias e Teixeira (2010), a adolescente passa por um processo em que além ser enquadrada como filha também se torna mãe, com isso a posição desta no núcleo familiar entra em um processo de redimensionamento no que diz respeito a desenvolver novas habilidades e responsabilidade com o novo integrante.

Contudo, Pratta e Santos (2007) explicam que, na fase da adolescência, os pais também sofrem transformações, pois vivenciam sentimentos diversos relacionados à adolescência, também sofrem de grande angústia em relação ao desenvolvimento do adolescente e possuem diversas preocupações.

Dessa forma, atualmente, além das preocupações gerais dos pais com a questão de como lidar com a adolescência dos filhos, existem dois grandes problemas que vêm afligindo os adultos que possuem filhos adolescentes. São eles: a iniciação sexual precoce e a ameaça da drogadição, os quais trazem consigo também a preocupação crescente com a possibilidade de contaminação pelo vírus HIV, uma vez que tem crescido assustadoramente o número de adolescentes contaminados por este agente infeccioso. (Pratta; Santos, 2007, p 254)

É importante ressaltar que de acordo com ECA, no artigo 4 é pleno dever da família, como também do estado assegurar educação.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, 13 Estatuto da Criança e do Adolescente ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Carmo (2007) discorre que fazer parte de uma família, instaura no indivíduo um sentimento de pertencimento, com isso surge a capacidade de religar-se e integrar-se. Pontuam Pratta e Santos (2007) que, apesar das transformações na categoria família, da passagem de uma família tradicional para a moderna, ela ainda mantém seu papel principal e específico no contexto social, onde continua a ser uma instituição altamente reconhecida e valorizada, pois exerce funções capitais correlacionada ao desenvolvimento dos seus membros.

Ao apresentar elementos e tópicos principalmente no que tange à parte intrapsíquica em torno dos conflitos acerca da criança e do adolescente, Carvajal (1996) afirma que os aspectos das várias fases do desenvolvimento do adolescente em conjunto do modelo instaurado de compreensão por parte dos adultos, aponta outra problemática quanto ao fato da escassez de terapeutas para adolescentes, todos esses acontecimentos agrupados geram e se convertem em

sempre adolescentes em uma vítima propícia da incompreensão, da falta de empatia e aconchego por parte dos adultos que vivem ao seu redor.

O diálogo entre pais e filhos tem sido mais frequente, o que é um avanço para nossa sociedade, porque ao invés do jovem procurar apoio em pessoas que não sejam de confiança, ou buscar respostas no mundo, ele vai passar a ter um amigo e confidente dentro de casa. (Gomes, 2000, p. 19)

Diante disso, Rossetto et al (2014) apontam que existe a necessidade de a adolescente sentir-se apoiada por seus familiares durante o período gestacional. Assim, Prata e Santos (2007) afirmam que o grupo familiar exerce influência no desenvolvimento do comportamento e personalidade do indivíduo, sendo assim, seria então o primeiro grupo social a qual o indivíduo se integra.

2.2 ADOLESCENTES GRÁVIDAS E A EVASÃO ESCOLAR

Para Duarte e Alencar (2010) argumentam que ser mãe na adolescência constitui a identidade para muitas adolescentes afinal desde pequenas elas são ensinadas a brincar de bonecas, onde a gravidez passa a fazer parte de seus cotidianos, podendo ser um símbolo de status e de inserção na vida adulta.

A gravidez na adolescência só se tornou um problema na atualidade, constata Nunes (2012) que deriva da visão do projeto político de gestão da produção e reprodução do corpo social, diante disso visa a maternidade com um projeto racional. Mas vale lembrar que, décadas atrás, a maternidade antes da chegada da maioridade, se situada em um contexto de projeto matrimonial, não se configura como uma situação alarmante e era bem-vinda na sociedade.

De acordo com Heilborn et al. (2002), no Brasil, nas gerações recentes houve um aumento significativo na proporção de mulheres que dão à luz antes dos 20 anos, aspecto relacionado diretamente à gravidez na adolescência são as disparidades econômicas, sociais e culturais entre as classes e conseqüentemente o fenômeno do abandono escolar.

A evasão escolar, de acordo com Andrade et al (2022), se caracteriza como um achado primordial para entender de fato o fenômeno da gravidez na adolescência, onde esse evento afeta

diretamente os projetos de vida e contribui para a perpetuação do ciclo da pobreza e de vulnerabilidades. Segundo Sousa et al (2018), das consequências subseqüentes de uma gravidez na adolescência, a mais debatida atualmente decorre da escolarização, pois a educação formal é considerada como um fator de proteção e inclusão social.

Um aspecto importante trazido por Duarte e Alencar (2010), é que no Brasil muitos adolescentes exercem os papéis maternos e paternos em relação a seus irmãos ou outras crianças menores, e que a escolarização implica diretamente na qualidade de tempo e na relação que a adolescente terá com seu bebê.

Entretanto, se a condição materna irá impactar a situação da criança, o contrário também é verdade. A conferência de Beijing, em 1995, aponta que a gravidez precoce pode ser obstáculo ao progresso educacional, econômico e social da mulher, que pode prejudicar, futuramente, a condição de vida dessa e de seus filhos. (Duarte Alencar, 2010, p 117)

Outro aspecto trazido por Dias e Teixeira (2010), demonstram que o fenômeno da evasão escolar pode ser consequência também da imposição por meio do sentimento de constrangimento em relação aos membros da instituição escola e família, pois podem colocar pressão sobre a adolescência e taxarem a situação vivenciada como vergonhosa e vexatória.

A gravidez na adolescência pode levar a jovem a ser vítima do preconceito sexual. Os tabus morais da sociedade, da própria família e a falta de orientação adequada são fatores que contribuem para agravar o problema. Por causa da repressão familiar algumas adolescentes fogem de casa. (Gomes, 2000, p. 16)

Nascimento et al (2021) esboçam que a trajetória de adolescentes e jovens, no Brasil, é marcada de forma heterogênea, de acordo com a classe social pertencentes, com isso existe a evasão escolar e um antecessor a gravidez na adolescência e ao puerpério de adolescentes. Enfatiza Nunes (2012), a maternidade na adolescência situa-se num campo completamente oposto ao que se considera na atualidade um projeto racional de reprodução.

Outro aspecto Pinto et al (2022) constatam é que a gravidez na adolescência acarreta um aumento na taxa de evasão escolar, o que pode ser um ponto central e decisivo na vida dessa adolescente, pois a evasão escola nesse ponto de vista contribui para um ciclo de baixa escolaridade o que gera também baixos salários associados a poucas oportunidades de empregos gerando e perpetuando assim mais as desigualdades sociais.

No conjunto das organizações sociais, a escola tem fundamental importância na formação de crianças e adolescentes, visto ser um espaço de convivência e educação formal, onde os jovens passam grande parte de seu tempo, podendo experimentar os mais diversos tipos de relações afetivas. (Higa et al, 2015, p 884)

Segundo Duarte e Alencar (2010), o fenômeno da gravidez na adolescência pode estar associado também às situações em que houve a ausência de um provedor familiar, bem com o auxílio à subsistência da família.

Duarte e Alencar (2010) refletem sobre a paternidade na adolescência, que aparece como elemento que contribui para uma transição de forma brusca para o universo adulto, com isso ocorre a entrada precoce no mercado de trabalho, a evasão escolar, redefinição dos sonhos e a dedicação à família, mesmo diante desses elementos, a experiência de paternidade na adolescência acaba por ter uma alta exaltação atribuída à virilidade masculina, sendo o jovem considerado e reconhecido verdadeiramente como um homem devido à sua capacidade reprodutiva. O que acaba por reafirmar os papéis de gênero, onde os homens não aparentam ter como referencial de masculinidade o cuidado consigo mesmo ou com o outro. Em concordância, Acosta e Vitale (2010) exprimem a realidade de adolescentes que se tornam pais.

Em contrapartida, os jovens de classe menos favorecidas e dos segmentos mais pobres da sociedade, exige-se a entrada precoce no mundo do trabalho. Sem a possibilidade de preparação necessária (escolaridade formal, cultural e técnica) para o desempenho de um papel profissional especializado, vemos cada vez mais dificultada a conquista de emprego e ampliada a exploração de sua mão de obra, exploração esta concretizada pelos baixos salários e o acúmulo de jornadas de trabalhos para garantir de sua manutenção. (Acosta e Vitale, 2010, p 72)

Contudo, Higa et al (2015) apontam que a educação é um fenômeno social, e ela não se reduz somente a escolarização ou meramente instrução, esclarece que educar vai muito além significa construir redes de significações culturais e de comportamentos. De acordo com Sousa et al (2018, p 161), o ensino da capacidade de atuar na sua realidade e exercer sua cidadania, de ter consequentemente um futuro promissor.

2.3 VULNERABILIDADE E O IMPACTO DOS LAÇOS AFETIVOS NO ABANDONO ESCOLAR

A vulnerabilidade é um fenômeno complexo que vai além da simples falta de recursos financeiros; ela se enraíza também nas fragilidades das relações interpessoais e nas desigualdades no acesso a bens e serviços essenciais, refletindo uma teia de fatores sociais e emocionais interligados.

A pobreza e a vulnerabilidade são conceitos interligados que revelam diferentes dimensões da desigualdade social. A pobreza, caracterizada pela falta de recursos materiais essenciais, como alimentação, moradia e acesso à saúde, limita as oportunidades e a qualidade de vida dos indivíduos. Por outro lado, a vulnerabilidade destaca a exposição a riscos, como crises econômicas, desastres naturais ou doenças, que podem agravar a condição de pobreza e dificultar a recuperação.

Em resumo, a pobreza é uma condição de privação material, enquanto a vulnerabilidade se refere à fragilidade diante de riscos e incertezas. Ambos os conceitos são importantes para a formulação de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento, pois entender a interação entre eles é crucial para promover a inclusão social e a justiça econômica.

A gravidez na adolescência e consequentemente o abandono escolar seria, então, um campo a ser explanado em todas suas perspectivas e especificidades cabíveis, pois pode conter diversos fatores atrelados tanto a discriminações que podem ocorrer no processo e valores culturais quanto às vulnerabilidades sociais. Segundo Kaloustin (2010), no Brasil, existe o consenso de que a situação de vulnerabilidade, no que se refere às famílias, está situada diretamente e associada a situação de pobreza, isso demanda também do perfil de distribuição de renda do próprio país.

Segundo Duarte e Alencar (2010), o fenômeno da maternidade da paternidade na adolescência não se constitui como novidade no cenário brasileiro, afirmam que a gravidez na adolescência atualmente é o nítido o caráter de classe.

A maternidade paternidade adolescente apresenta-se atualmente como experiências que vencem constituindo de maneira recorrente nos setores mais empobrecidos das classes trabalhadoras, que não vislumbra a possibilidade de realização de um trabalho profissional qualificado (Duarte e Alencar 2010, p. 115)

Carvalho e Almeida (2003) afirma que famílias com filhos mais novos ou chefiadas por mulheres têm alta probabilidade de serem pobres ou muito pobres, sendo assim as famílias onde recai a responsabilidade de provedor principal a figura feminina geralmente é marcada pela precariedade de renda e condições de subsistência.

Acosta e Vitale (2010), fazem uma análise das características sobre as famílias pobres e sua configuração em rede, e concluem que a vulnerabilidade da família pobre ajuda a explicar a frequência de rupturas conjugais, e enfatiza sobre a nova concepção de família, que se enraíza no afeto e não nas relações consanguíneas.

Essa nova concepção se constrói, atualmente, baseada, mas no afeto do que nas relações de consanguinidade, para o casamento ponto e é construída por uma constelação de pessoas interdependentes tirando em torno de um eixo comum seja qual for sua configuração, as estruturas familiares reproduzem as dinâmicas sócio-históricas existentes. (Acosta e Vitale, 2010, p. 64)

Assis et al (2021) apontam que a maternidade na adolescência não é um fenômeno que se instaurar de forma homogênea, pois este se aplica e se encontra de forma majoritariamente nas classes socioeconômicos mais baixas, apresentando assim maior vulnerabilidade e complexidade.

No que se refere ao campo das vulnerabilidades Andrade et al (2022) apontam dois eixos dicotômicos intrínsecos, com base na análise de um está um estudo realizado com mães adolescentes de baixa renda relacionado aos principais riscos sociais sofridos por elas, o primeiro eixo aponta, que os principais riscos sociais vivenciados por elas estão associados a dificuldade de

acesso ao campo do trabalho e o bem estar socioeconômico, o segundo aspecto evidência que as vulnerabilidades precárias socioeconômicas bem como as oportunidades restritas.

Um boletim informativo realizado em conjunto pelas Secretarias Nacionais de Assistência Social, de Renda da Cidadania, de Promoção do Desenvolvimento Humano e com contribuições da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Ministério dos Direitos Humanos, aponta que:

Dentre as beneficiárias do Bolsa Família, no primeiro semestre de 2018 foram 64.917 as adolescentes de 14 a 18 anos identificadas como grávidas no acompanhamento da condicionalidade de saúde, o que significa 17,7% das 366.345 mulheres identificadas gestantes no período. Mas é no acompanhamento da condicionalidade de educação que se pode ver um efeito grave de tal condição: cerca de 13% das adolescentes de 14 a 17 anos identificadas como grávidas apresentam registro de baixa frequência escolar no período considerado, situação que pode levar a um posterior abandono da escola. (Ministério da Cidadania, p 3)

Os problemas relacionados à gravidez na adolescência podem ter sido estruturados mediante diversas variáveis, não somente a vulnerabilidade como traz a pesquisa de Gurgel et al.:

Muitos problemas relacionados à gravidez na adolescência estão vinculados à percepção e atribuição de valores à sexualidade e a uma visão negativa ou repressora, que cria maior obstáculo para o acesso à informação, à educação e à preparação para o exercício da sexualidade de forma responsável e prazerosa. Parte da questão reside em como a família, a escola, as instituições religiosas e o setor saúde interpretam e intervêm nessa temática. (GURGEL et.al , 2008, p. 803)

Acosta e Vitale (2010) relatam que é muito importante a adoção da afetividade no seio familiar, o que corrobora no entrelaçamento das relações, bem como da razão e da emoção, onde consideram que sentimentos com a humilhação, vergonha, medo e o sentimento de felicidade são o forro de uma organização social bem como da moralidade. Afirma que, atualmente, a família se justifica graças à sua principal característica, o valor do afeto, onde afirma que é o único grupo que promove, sem separação, a sobrevivência biológica e humana.

Um estudo realizado por Jesus et al. (2011) analisa 499 questionários aplicados em escolas, informa que os adolescentes terem certeza que são amados pelos pais constitui-se como um fator essencial para a redução das vulnerabilidades, o mesmo ocorre com eventos relacionados a separação dos pais, rejeição dos mesmos, falta de apoio entre outros problemas no contexto de relações familiares e amorosas, diante deste, demonstra-se a importância de avaliar e compreender os laços afetivos familiares, que estão envoltos dessas adolescentes grávidas, como um fator que pode levar à desistência da vida escolar.

Uma pesquisa realizada por Andrade et al (2022), em relação ao apoio social e resiliência realizado no estado de São Paulo com 48 mães adolescentes, indica que 75% das adolescentes pararam de estudar, e um aspecto que chama atenção correlacionado a porcentagem indicada acima e um aspecto que chama atenção, correlacionado à porcentagem indicada acima, está associado ao decorrer do aumento do número de adolescentes que se tornaram mães e que estão inseridas em relacionamentos estáveis ou casamentos, diminuiu o número destas que continuavam a estudar.

Realizando uma analogia em relação ao sentimento das adolescentes no período de puerpério, Junqueira et al (2022, p 05) afirmam que a vivência do ser adolescente neste período é marcada também por sentimentos de abandono e indiferença, o que pode contribuir para o abandono da vida escolar.

Entre os sentimentos expressos pelas adolescentes, destacam-se a experiência dolorosa, medo, ansiedade, abandono, impotência, desprezo e insegurança, em decorrência de uma assistência negligente, desumanizada, sem vínculo e orientações, evidente tanto na assistência intra-hospitalar quanto na APS. (Junqueira et al, 2022, p 06)

Andrade et al. (2022) evidenciam que o apoio social é um grande aliado entre as mães adolescentes, no que diz respeito a resiliência, e contribui de modo a criar uma sensação de coerência e controle da vida, pontuam sobre a utilização da resiliência, referindo-se então à capacidade do indivíduo de se recuperar psicologicamente quando é submetido a, por exemplo, adversidades e violências.

Explícita Higa et al (2015) no que diz respeito aos laços afetivos, em uma perspectiva de valorização de práticas integrais escolares, que visem as relações sociais, os laços afetivos se

tornam cruciais para o desenvolvimento da identidade da estudante, como também de condições socioafetivas e cognitivas. O estudo, feito por Jesus et al. (2011), com adolescentes do primeiro ano do ensino médio da rede pública de Cuiabá, Mato Grosso, busca compreender as vulnerabilidades sofridas por estes adolescentes, assim, apresenta que avaliar os laços afetivos é crucial para compreensão das vulnerabilidades que possam aparecer e as já estabelecidas.

Com isso, chama-se atenção para o dado trazido na pesquisa de Andrade et al (2022), onde as adolescentes mães pesquisadas apontam, no que se refere às relações de afeto, por que apresentam menos independentes/determinadas quanto mais estão inseridas numa união estável/casadas, menos continuaram estudando.

Diante disto, verifica-se a aceitação dos papéis tradicionais, impostos pela sociedade e pelo patriarcado, por conseguinte Andrade et al (2022) exprimem que o apoio social, da família e do companheiro é de suma importância, incluindo o suporte emocional, financeiro e com os cuidados com as crianças, outra concepção que está ligada diretamente a família, apontam que torna-se fonte necessária e essencial nos aspectos como apoio e comunicação, e sua falta pode ser negativa e prejudicial para essa adolescente.

Segundo Gomes (2000), o oferecimento também de um apoio psicológico é de suma importância para a minimização do estreitamento dos vínculos familiares, e poderia levar à resolução dos problemas associados aos relacionamentos vivenciados ou distanciados, podendo evitar uma desintegração social e familiar dessas adolescentes.

Acosta e Vitale (2010) apontam que as dificuldades para expressar o afeto e construir projetos intrafamiliares acaba por contribuir para que adolescentes estabeleçam relações íntimas e sexuais e conseqüentemente gerem filhos. Com isso, afirmam que o projeto de vida dessa adolescente mesmo que esteja minimamente bem estruturado, se torna interrompido ficando sua vida pautada nesta nova relação entre mãe e filho.

Duarte e Alencar (2010) afirmam que a evasão escolar pode estar ligada a contextos sociais que foram marcadas pela falta de apoio ou de materialização de direitos, como também a ausência de aparatos sociais que contribui de maneira acentuada na decisão do abandono da vida escolar.

Perante o exposto, o Ministério da saúde (2018) estabelece que os laços afetivos familiares se tornam cruciais, então se gestação não for aceita pela família e/ou pelo parceiro, pode criar uma situação de desamparo para a mãe, o que pode se configurar como uma conjuntura crítica na sua vida.

É fundamental reconhecer que, independentemente da classe social, toda adolescente que se torna mãe ou está grávida enfrenta um estado de vulnerabilidade que requer atenção e apoio. Por fim, Higa et al (2015) afirmam que os adolescentes estão sujeitos e expostos continuamente às vulnerabilidades e às contradições do cotidiano.

3. ANÁLISE DO PERFIL DAS ADOLESCENTES GRÁVIDAS ATENDIDAS NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CEILÂNDIA/DF

Os procedimentos metodológicos irão analisar o perfil de adolescentes que estiveram grávidas buscando nuances como o abandono da vida escolar, núcleo familiar e questões socioeconômicas, tendo em vista o público-alvo de adolescentes de 16 a 18 anos incompletos que são atendidas nos Centros de Referência em Assistência Social do Distrito Federal na região administrativa de Ceilândia, a idade inicial estabelecida a partir de 16 anos, pois está e a idade mínima para se tornar Responsável Familiar (RF), no cadastro único.

Esta pesquisa é de caráter documental, com abordagem quali-quantitativa fazendo uso tanto do método qualitativo quanto do método quantitativo, para a realização de uma análise mais precisa e profunda, pois a abordagem qualitativa visa dar uma proposta mais estruturada, colaborando na compreensão e análise dos perfis das adolescentes, já o método quantitativo auxiliando na busca das causas dos fenômenos sociais por meio da quantificação.

3.1 METODOLOGIA DE PESQUISA

Essa pesquisa é de caráter documental, pois visa tratar e analisar de documentos amplos que ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, de acordo com Severino (2014), esses documentos podem ser entendidos como fontes documentais em um sentido amplo, incluindo não apenas materiais impressos, mas também jornais, filmes, gravações e documentos legais, entre outros. O importante é que esses itens sirvam como matéria-prima para o estudo, ou seja, devem ser considerados antes de terem passado por uma análise crítica aprofundada.

Diante disso, a pesquisa documental se configura como uma ferramenta essencial para a coleta de dados, englobando três aspectos fundamentais: a seleção criteriosa dos documentos relevantes, a garantia de acesso a essas fontes e a realização de uma análise aprofundada e crítica do conteúdo encontrado. (Junior et al, 2021)

A pesquisa teve a abordagem quantitativa, foi utilizada propondo uma busca pela magnitude e das causas dos fenômenos sociais, este método caracteriza-se pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações, a intenção e garante a precisão do trabalho a ser realizado. (Dalfovo; Lana; Silveira, 2008)

Uma das principais vantagens da abordagem quantitativa é sua capacidade de produzir resultados que podem ser replicados e comparados, oferecendo uma base sólida para a tomada de decisões e a formulação de políticas. Contudo, é importante destacar que, embora a abordagem quantitativa forneça informações valiosas sobre padrões e correlações, ela pode não captar a complexidade das experiências humanas, que muitas vezes requerem uma abordagem qualitativa para uma compreensão mais profunda.

Inicialmente os dados foram solicitados via de ofício para o Órgão gestor do Cadastro Único, a Subsecretaria de Assistência Social (SUBSAS), a solicitação foi acompanhada do envio de documentos que foram indicados pelo Órgão, para realizar a cessão dos dados solicitados, estes documentos estão apontados na Portaria mc nº 810, de 14 de setembro de 2022³.

No pedido foi traçado o seguinte perfil para as adolescentes: idade de 16 a 18 incompletos; que sejam Responsáveis Familiar – RF, e que fazem uso do Centro de Referência em Assistência Social em Ceilândia; tenham filhos ou estejam grávidas. Junto com o projeto de pesquisa foi enviado em anexo as variáveis existentes na base de dados do Cadastro Único que serão utilizadas na pesquisa. Foi solicitado que os dados deveriam ser enviados no formato de planilha onde cada variável se torna uma coluna e cada adolescente se torna uma linha, para assim realizar uma análise mais profunda, nesse formato além da facilidade de compreensão, fornece um panorama geral de análise.

Assim, foi enviado o Projeto de pesquisa, o ofício, os termos de responsabilidade e de compromisso de manutenção de sigilo devidamente assinados, via e-mail. O órgão retornou à solicitação de forma rápida e proativa, assim os dados foram recebidos, via e-mail em formato de

³ § 2º A cessão dos dados identificados a órgão de pesquisa está condicionada à apresentação, pela interessada, de solicitação ao órgão gestor do CadÚnico ou à SAGI, no âmbito da União, acompanhada dos seguintes documentos:

I – projeto de pesquisa que abranja:

- a) Justificativa para a necessidade de acesso aos dados do CadÚnico para a realização do estudo ou pesquisa;
- b) Indicação das variáveis existentes na base de dados do CadÚnico que serão utilizadas e dos motivos que justifiquem a necessidade da informação identificada;
- c) Informação da referência temporal e recorte geográfico a serem considerados na geração dos dados.

II – Termos de Responsabilidade e de Compromisso de Manutenção de Sigilo assinados, conforme modelos constantes dos Anexos IX e X, por meio do qual o órgão de pesquisa compromete-se a utilizar os dados disponibilizados exclusivamente para as necessidades do projeto de pesquisa apresentado, ficando estabelecida a obrigatoriedade da guarda do sigilo das informações e vedada qualquer outra forma de utilização ou cessão a terceiros. (Ministério da Cidadania, 2022)

planilha, os dados pessoais fornecidos garantem a privacidade, de modo que não é possível identificar a titular desses dados, seja de forma direta ou indireta.

Diante do exposto, no começo da análise foi colocado o nome de flores nas participantes para uma compreensão e análise mais delicada, entretanto esses nomes não foram citados na pesquisa, a pesquisa inclui um total de 71 adolescentes que são mães ou estão grávidas e que recebem atendimento no Centro de Referência em Assistência Social no território da Ceilândia. Inicialmente, os dados foram analisados individualmente e, em seguida, agrupados em categorias com base no perfil, utilizando gráficos, tabelas e quadros para cada categoria a fim de proporcionar uma análise mais aprofundada.

Em relação a tabela recebida, o único dado que não foi fornecido é referente ao status civil das adolescentes, inicialmente, a pesquisa tinha foco somente nas adolescentes que estão grávidas, porém quando os dados foram extraídos entre 16 e 18 anos incompletos como propunha o objetivo da pesquisa só havia 9,9% de adolescentes grávidas, o restante são adolescentes que têm filhos, para preservar os dados valiosos que foram obtidos, decidiu-se analisar todos os 71 registros, levando em conta que essas jovens passaram por uma gravidez na adolescência e ainda se encontram na fase juvenil.

Após a coleta de dados, foi realizada uma análise estatística para interpretar os resultados, como os dados foram enviados por planilha, não foi necessário organizá-los. Assim, todos os valores do conjunto de dados foram somados para determinar o total. Em seguida, aplicou-se a análise estatística percentual, uma técnica que possibilita interpretar os dados em termos de proporções. Essa abordagem é bastante eficaz para compreender a distribuição de valores em um conjunto de dados e identificar tendências ou padrões. Para cada categoria ou valor do conjunto de dados, foi calculada a porcentagem em relação ao total.

A seguir, foi realizada a interpretação dos resultados. Em resumo, foram analisadas as porcentagens calculadas, o que auxiliou na identificação das categorias mais frequentes e na compreensão da distribuição dos dados. Por fim, foram utilizados gráficos e tabelas para a visualização dos dados, permitindo uma representação mais intuitiva da distribuição percentual.

É fundamental destacar que uma pesquisa que envolve seres humanos é aquela que inclui, de forma direta ou indireta, a participação de indivíduos, seja em sua totalidade ou em partes, além do manejo de seus dados, informações ou materiais biológicos. Esse tipo de pesquisa deve ser submetido à avaliação do Sistema CEP/CONEP, que, ao realizar essa análise e tomar decisões, assume a corresponsabilidade pela proteção dos participantes.

O CEP é um órgão colegiado que atua de forma interdisciplinar e independente, com a finalidade de proteger os interesses dos participantes da pesquisa e promover o avanço da pesquisa de maneira ética.

No entanto, essa pesquisa não precisou ser submetida ao Comitê de Ética, uma vez que a solicitação de dados do Cadastro Único para fins de pesquisa não exige aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) quando o projeto utiliza apenas dados de domínio público e não identifica os participantes.

Apesar de a pesquisa não precisar necessariamente ser submetida a um comitê de ética, é essencial seguir os princípios éticos rigorosos, garantindo a dignidade, os direitos e o bem-estar dos participantes. A reflexão ética deve ser um aspecto fundamental tanto no planejamento quanto na realização da pesquisa, independentemente da necessidade de uma avaliação formal.

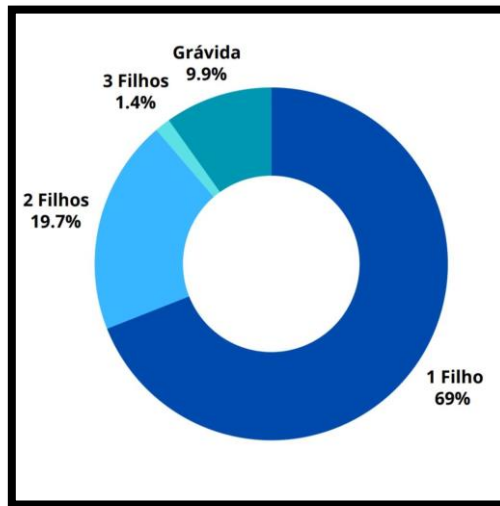
3.2 ANÁLISE DE DADOS

A planilha, recebida pelo órgão gestor do cadastro Único a SEDES, conta com os dados de 71 adolescentes participantes que são mães ou estão grávidas e residem na região administrativa da Ceilândia, em resumo, das participantes analisadas, 64,79% possuem 18 anos, 29,58% têm 17 anos e 5,63% têm 16 anos, sendo fundamental destacar que essas jovens são vistas como responsáveis familiares (RF).

Em relação a idade, Cerqueira-Santos (2010) aponta que a média para iniciação sexual de jovens, que se encontram em uma situação de nível econômico baixo, está por volta dos 13 anos de idade. Segundo um estudo divulgado pelo Ministério da Saúde em 2020, foram realizados cerca de 380 mil partos de mães adolescentes com idades até 19 anos.

Segundo Aquino et al (2003), a ocorrência de uma gravidez na adolescência mostra-se associada inversamente com a idade do primeiro namoro, outro fator relacionado é a idade do parceiro, pois quanto mais velho ele for no momento da iniciação sexual, maiores são as chances de uma gravidez precoce.

Gráfico 1 – Distribuição de adolescentes atendidas segundo quantidade de filhos



Fonte: Elaboração da própria autora (2024)

De acordo com dados da Federação Brasileira das Associações de ginecologia e obstetrícia – FEBRASGO (2021), no Brasil, um em cada sete bebês é filho de uma mãe adolescente, em 2019, o total de mães adolescentes com até 14 anos atingiu a alarmante cifra de 19.300.

Diante dos dados do gráfico 1, chama atenção para a repetição das gestações nas adolescentes, apesar de não ser uma taxa alta, ainda assim é um número preocupante, visto que pode ser devido em decorrência de fatores como, falta de acesso a informações sobre planejamento familiar e até mesmo o uso incorreto de contraceptivos.

Segundo dados da CODEPLAN (2021), perfil de mães adolescentes de acordo com a PDAD 2018, no Distrito Federal, 7.077 das adolescentes são mães, com idade de 14 a 19 anos, e 7,2% delas moravam em região de renda média baixa, outro detalhe é que 15% tinham mais de um filho. Sousa et al (2018) afirmam que cada vez que a adolescente engravida novamente a chance de evasão escolar aumenta em 40%.

Ressaltam Bruno et al (2009) que a reincidência na gravidez, no período de adolescência, é muito frequente, principalmente quando não se tem um acompanhamento durante o período de pós-parto, cerca de 30% das reincidências de gravidez na adolescência ocorrem no primeiro ano após o parto, enquanto 50% acontecem no segundo ano, com a taxa geral de reincidência variando entre 40% e 50%.

Nosso estudo mostra uma alta incidência de nova gestação após cinco anos da primeira gravidez (61%). Além disso, grande parte desses adolescentes tinha engravidado mais de uma vez neste período (40%). Esses dados superam o referido por outros autores, que têm relatado uma taxa de reincidência da gravidez na adolescência que varia de 42 a 50%. (Bruno et al, 2009, p 482-483)

Outro fator apontado pelos mesmos autores sobre a reincidência é que a maioria das adolescentes acabam engravidando de um novo parceiro, e que a troca de parceiro aumenta as chances de ocorrer uma nova gravidez em 40% quando comparado às que continuam com o mesmo companheiro.

Para Aquino et al. (2003) um aspecto a ser contemplado corresponde ao fato de haver mudanças na forma de contracepção depois da chegada do primeiro filho, em seus estudos, afirmam que 45,6% das mulheres que engravidaram na adolescência utilizaram algum método contraceptivo, mas entre aquelas que mantiveram relações desprotegidas, a incidência de uma segunda gravidez é alarmantemente alta.

Os mesmos autores afirmam que mesmo que haja a utilização de métodos contraceptivos, observa-se que quando mais inseridas em relacionamentos estáveis, acabam por negligenciar as práticas de contracepção, o que pode contribuir para o surgimento de uma nova gravidez não planejada.

Em relação a reincidência de gravidez na adolescência, Assis et al. (2022) afirmam que está fortemente ligada a fatores socioeconômicos e demográficos, como também escolaridade inadequada para a idade, diante disso a escolaridade adequada se torna um fator protetivo para que essas adolescentes não tenham novamente uma gravidez não planejada. Os mesmos autores

afirmam que, a cada ano que se consegue postergar a primeira gestação da adolescente, a recorrência a probabilidade de consecutivas gravidezes recai para 23%.

Tabela 1 – Distribuição de adolescentes atendidas segundo residência com referência familiar

Membros da Família que residem com a adolescente	Percentual por adolescentes atendidas	Quantidade de adolescentes atendidas
Cônjuge ou companheiro	12,68%	9
Mãe	2,82%	2
Pai	0,00%	0
Irmãos	2,82%	2
Sogro ou Sogra	0,00%	0
Enteado ou Enteada	0,00%	0
Outro parente	1,41%	1
Em branco	80,27%	57
Total:	100%	71

Fonte: Elaboração própria da autora (2024)

Somente 12,69% destas adolescentes vivem com companheiros ou cônjuges, e apenas 2,82% residem com as suas respectivas mães, os dados demonstram que maioria dessas adolescentes vive somente com seus filhos sem uma rede de apoio, onde fica evidente que as relações estruturais e afetivas influenciam diretamente na evasão escolar. É importante frisar que todas as adolescentes vivem com seus filhos.

Em correlação, aos dados apresentados, Aquino et al. (2003) afirmam que a ocorrência do nascimento de um filho antes dos vinte anos de idade se instaura como motivo de estabelecer uma união conjugal, segundo dados da CODEPLAN (2021) referentes a gravidez na adolescência no Distrito Federal, mostrou que 17% eram casadas ou estavam em união estável regularizada pelo cartório, e 54% moravam na mesma residência que seus parceiros.

Das 12,69% das adolescentes analisadas, que residem com um cônjuge ou companheiro, 66,7% não estudam, Vasconcelos e Griebeler (2020) exprimem que o casamento precoce resulta em altas taxas de atraso e evasão escolar, pois estas adolescentes estão suscetíveis a colocar os afazeres domésticos em primeiro lugar, possível comportamento controlador do cônjuge, dependência financeira e nova dinâmica familiar.

É importante ressaltar que o casamento infantil representa uma violação dos direitos da criança e do adolescente, entretanto, segundo uma pesquisa do instituto brasileiro de direito da família IBDFAM (2023), no Brasil, no ano de 2023, houve mais de duas mil uniões oficiais com menores de idade.

No Brasil, no ano de 2019, foi estabelecido uma legislação proibitiva sobre o casamento infantil, que não permite o matrimônio antes dos 16 anos, Lei nº 13.811, de 12 de março de 2019. Então, não será permitido sob nenhuma circunstância o casamento de quem não atingiu a idade núbil.

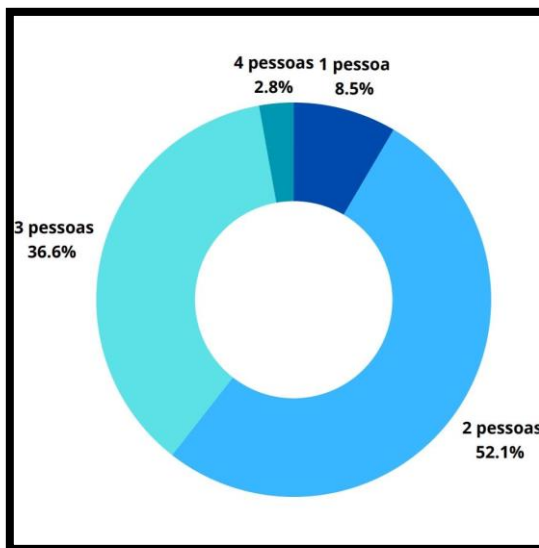
Art. 1º O art. 1.520 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) , passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Art. 1.520. Não será permitido, em qualquer caso, o casamento de quem não atingiu a idade núbil, observado o disposto no art. 1.517 deste Código.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação (Lei no 13.811, de 12 de março de 2019)

Essa lei sancionada alterou o artigo 1.520 do código civil, que dispunha excepcionalmente a permissão do casamento de quem ainda não atingiu a idade núbil, a fim de evitar imposição ou cumprimento de pena criminal, com a revogação e alteração desse artigo, a penalidade para o estupro torna-se inaceitável em casos de gravidez, já que o ofensor não poderá se valer do antigo artigo do código civil como forma de evitar a punição.

Gráfico 2 – Distribuição de adolescentes atendidas segundo residência com referência familiar



Fonte: Elaboração da própria autora (2024)

Um aspecto que chama a atenção está ligado diretamente às pessoas com as quais as adolescentes residem, em suma 52,11% compartilham moradia apenas com 2 pessoas e 36,6% moram com 3 pessoas e apenas 8,5% residem apenas 1 pessoa que seria o próprio filho, cerca de 69% dessas adolescentes têm apenas 1 filho e 19,7% têm 2 filhos.

A quantidade de membros que residem com as adolescentes é de suma importância para entender o núcleo familiar como um todo, ao associar os dados da tabela 1 com as informações do gráfico 2, torna-se claro que, nesse contexto, a estrutura familiar é predominantemente composta apenas pela adolescente e seus filhos.

A dinâmica familiar durante a gravidez na adolescência é um elemento crucial, pois as interações familiares refletem os diversos papéis que cada membro desempenha. Silva e Tonete (2006) apontam que as adolescentes buscam representações dos integrantes da família mediante a contestação da gravidez, e que as reações das famílias podem ser contraditórias.

Silva et al (2014) apontam que a gravidez na adolescência não implica somente em problemas individuais, sendo a família um elemento-chave tanto para estrutura quanto para desestruturar essa vida, entretanto a presença de um companheiro e da família acaba por ser um elemento essencial para aceitação e organização da maternidade. Os mesmos autores discorrem que, atualmente, é comum uma família ser composta apenas por pais adolescência, porém a

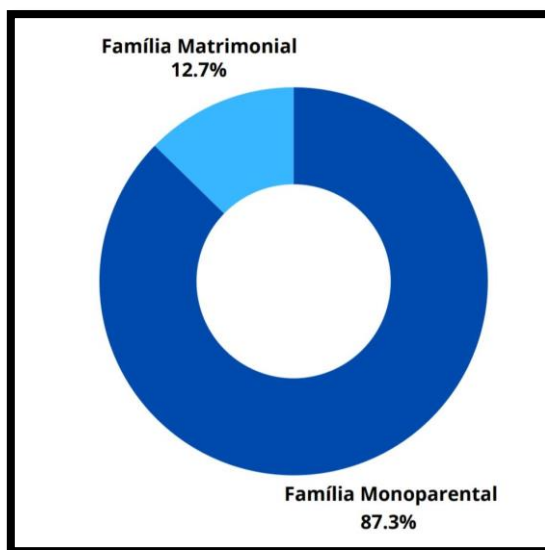
adolescente grávida geralmente continua vivendo com seus pais, e que esses mesmos tomam para si a responsabilidade com o novo membro, entretanto não é o caso das participantes desta pesquisa apenas 2,82% residem com a mãe que acaba por se tornar uma família monoparental sem a presença do genitor.

Diante do exposto Amorim et al (2009) afirma que:

O maior impacto envolve a dimensão psicológica e socioeconômica, uma vez que a gravidez na adolescência interfere negativamente no estilo de vida das Adolescentes e de seus familiares, resultando muitas vezes em abandono escolar e diversas outras consequências que perpetuam o ciclo da pobreza. (Amorim et al 2009, p 405)

Aquino et al. (2003) afirmam que a forma como as adolescentes recebem suas primeiras informações sobre sexualidade, reprodução e contracepção acaba por influenciar diretamente nos seus perfis de socialização para a sexualidade. Os mesmos autores discorrem que as mães que tiveram uma boa comunicação e verbalização sobre a menarca com suas filhas, bem como o papel do pai e da mãe nas primeiras informações sobre gravidez e métodos contraceptivos, essas adolescentes acabam por engravidar menos.

Gráfico 3 – Distribuição de adolescentes atendidas segundo família monoparental



Fonte: Elaboração da própria autora (2024)

No que concerne a instituição de uma família monoparental, 87,3% das adolescentes que têm filhos ou estão grávidas constituem uma família monoparental onde elas são as principais provedoras, o que acarreta uma série de dificuldades, problemas e vulnerabilidades, principalmente no que se refere a ausência de apoio e cuidado com a criança, é essencial uma rede de apoio familiar, entretanto essas adolescentes não têm.

Segundo Babiuk (2015) o conceito de família monoparental refere-se primordialmente à presença de apenas um genitor ou genitora, ou seja, estes vivem sozinhos com seus filhos dependentes, essa configuração de família foi constitucionalmente reconhecida a partir da Constituição Federal de 1988. A família monoparental feminina fica em evidência, visto que a provedora atua de forma sozinha, desempenhando múltiplos papéis.

Em relação aos diversos papéis, esses se configuram em formas de múltiplas jornadas, realizando os afazeres domésticos, cuidando dos filhos, suprindo o papel do pai dentro da família, seus esforços estão voltados para o cotidiano do filho, não conseguindo conciliar, estudos, filhos e trabalho. Segundo Carloto (2005) a responsabilidade de sustentar a família recai sobre a figura feminina, mesmo quando a renda familiar é advinda de benefícios socioassistenciais, muitas vezes as demandas e necessidades da família não conseguem ser supridas.

Em relação à família monoparental chefiada por adolescentes mães no Distrito Federal, a CODEPLAN (2021) traz dados que demonstram que no ano de 2018, um percentual de 35% das adolescentes mães acabavam por ser responsáveis pelo domicílio e pela família.

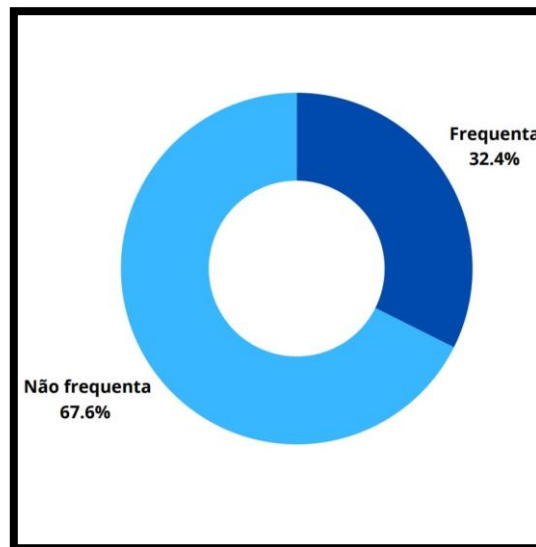
A pesquisa realizada por Cerqueira-Santos et al (2010) traz um fato curioso, onde mesmo no caso em que as adolescentes que afirmaram constituir uma família com seus filhos, elas ainda mantêm relações de dependência econômica e domiciliar com suas famílias de origem.

Gomes (2023) conclui que a falta de um dos genitores no núcleo familiar, acaba por expressar uma queda ou até mesmo a inexistência de uma renda familiar, pode ocorrer também esgotamento físico e mental, essa estrutura familiar acaba por ser frágil por conta das grandes concentrações de responsabilidades em apenas uma genitora.

Outro aspecto abordado por Silva et al. (2014) associa a gravidez na adolescência com o contexto familiar em que se está inserida, bem como sua disfuncionalidade, onde está pode estar ligada diretamente a ausência da figura paterna, onde a ausência dessa figura pode influenciar diretamente o comportamento da adolescente, pois pode apresentar laços afetivos precários e conflituosos.

Moura e Gomes (2014) afirmam que para os jovens, ter um relacionamento saudável e uma comunicação positiva com seus responsáveis proporciona um sentimento de suporte emocional e apoio, considerando assim um fator de proteção, sendo a família considerada um fator primordial.

Gráfico 4 – Distribuição de adolescentes atendidas segundo frequência escolar



Fonte: Elaboração da própria autora (2024)

Em relação a frequência escolar 67,61% das adolescentes atendidas que tem filhos ou estão grávidas não frequentam a escola, e o percentual de 32,4% ainda continuam inseridas na vida escolar, Aquino et al. (2003) os dados da pesquisa indicam que, enquanto a paternidade na adolescência não tem um efeito direto significativo na frequência escolar dos rapazes, as adolescentes que se tornam mães enfrentam um impacto maior, levando muitas vezes à interrupção temporária ou até à desistência definitiva dos estudos.

Segundo a CODEPLAN (2021) referente a adolescentes mães e a sua relação com a escola, 69% não estão inseridas no ensino formal. Segundo Costa (2023), a evasão escolar é um fator prejudicial que não afeta somente quem abandonou a escola, afeta diretamente o desenvolvimento social e econômico do capital humano no país.

Vasconcelos e Griebeler (2020) trazem que às vezes as famílias não percebem os benefícios da educação ou consideram o custo com a educação muito alto, e acabam por não incentivar a continuidade do ensino em decorrência das expectativas em que colocam nas adolescentes de se tornarem mãe em tempo integral.

Costa (2023) afirma que nenhuma variável de risco para a evasão escolar pode ser determinante sozinha, necessita de um conjunto de variáveis de risco, entretanto se torna difícil estabelecer uma relação de causalidade de forma clara entre as variáveis de risco e o abandono escolar.

Tabela 2 – Distribuição de adolescentes atendidas segundo serie limite em que estudou

Curso mais elevado que já frequentaram	Percentual de adolescentes atendidas	Quantidade de adolescentes atendidas
Ensino Fundamental 5ª a 8ª séries, médio 1º Ciclo (Ginasial), segunda fase do 1º grau.	14,1%	10
Ensino Fundamental (Duração 9 anos)	25,4%	18
Ensino Médio, 2º grau, médio 2º ciclo (Científico, Clássico, Técnico, Normal)	23,9%	17
Ensino Fundamental EJA	1,4%	1
Ensino Médio EJA	2,8%	2
Adolescentes que continuam estudando, indicado na tabela 3	32,4%	23
Total:	100%	71

Fonte: Elaboração da própria autora (2024)

É fundamental destacar que, conforme os dados disponibilizados pelo órgão responsável pelo Cadastro Único, apresentou o curso de ensino fundamental sob duas denominações distintas, que são correspondentes ao Ensino Fundamental 5^a a 8^a series, médio 1^o Ciclo (Ginasial), segunda fase do 1^o grau e o Ensino Fundamental (Duração 9 anos), a principal diferença entre os dois refere-se ao tempo de duração da etapa de ensino que foi ampliada em decorrência das alterações provindas da Lei n^o 9.394/96 para as Leis n^o 11.114/2005 e a n^o 11.274/2006⁴ que prevê o aumento da duração do ensino.

Então pode-se presumir que os dois correspondem ao mesmo ensino fundamental, porém com a diferença do aumento de 1 ano, diante disso pode-se considerar a soma destes dois, sendo assim 39,5% das participantes adolescentes tiveram como o curso mais elevado em que já cursaram o ensino fundamental regular.

De acordo com IBGE (2024), o abandono escolar se intensifica a partir dos 15 anos, que seria a idade de entrada para o ensino médio. Segundo Yazlle (2006), existem evidências que comprovam que a evasão escolar está intrinsecamente associada aos fatores como: pressão por parte da família, rejeição por parte da escola e pressão e recusa por parte de colegas da escola e por professores, todos esses fatores em conjunto do sentimento de vergonha que a adolescente possa estar sentindo, contribuem para que essa se desvincule da escola.

Em seu estudo, Sousa et al (2018) mostram que o motivo para adolescentes que têm filhos ou são mães saírem da escola, está associado diretamente com o papel de mãe imposto pela sociedade, que seria cuidar da casa e da família, e que o nível mais frequente de escolaridade das adolescentes é justamente o ensino fundamental incompleto. Em relação à escolaridade das

⁴ Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei n^o 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1^o (VETADO)

Art. 2^o (VETADO)

Art. 3^o O art. 32 da Lei n^o 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:.....” (NR) (LEI N^o 11.274, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2006.)

adolescentes, Bruno et al (2009) apontam, em sua pesquisa, que adolescentes grávidas tendem a ter menos anos de estudo quando comparadas a outras adolescentes

Ressalta Miura et al (2023) que a escola é uma instituição que se instaura nas relações desde o período da infância, diante disso afirma que adolescentes que param de estudar, mesmo antes de uma gestação, pode ser resultado da falta de suporte provinda da escola, como também pela falta de um ambiente social e acolhedor que possa suprir as demandas emocionais dos adolescentes.

Tabela 3 – Distribuição de adolescentes atendidas segundo série que ainda estudam

Curso em que as adolescentes frequentam	Percentual de adolescentes atendidas	Quantidade de adolescentes atendidas
Ensino Fundamental regular (9 anos)	7%	5
Ensino Médio regular	19,6%	14
Ensino Médio Especial	1,4%	1
Ensino Fundamental EJA	1,4%	1
Ensino Médio EJA	1,4%	1
Superior, aperfeiçoamento, especialização, mestrado, doutorado	1,4%	1
Adolescentes que não estudam, indicado na tabela 2	67,8%	48
Total:	100%	71

Fonte: Elaboração própria da autora (2024)

Dos 32,4% de adolescentes que têm filhos ou estão grávidas e que ainda continuam estudando, esse percentual corresponde a 23 jovens atendidas, sendo que a permanência nos estudos pode estar diretamente relacionada à presença de outros membros na família, o que resulta em uma taxa menor de evasão escolar, especialmente quando há mães, irmãos ou cônjuges envolvidos.

Evidencia-se, que 19,6% estão frequentando o ensino médio regular, diante da continuidade dos estudos, Moreira et al (2010) apontam que adolescentes mães que voltam a estudar enfrentam maiores desafios para se manter motivadas e engajadas, em grande parte devido à falta de apoio do parceiro ou da família, o que, combinado com as responsabilidades domésticas e o cuidado dos filhos, gera uma sobrecarga que resulta em fadiga e desânimo, impactando negativamente seu desempenho escolar.

Assinalam Ambovary, Castro e Silva (2004) que adolescentes que são mães ou estão grávidas acabam por serem muito estigmatizadas no ambiente escolar, ocorrendo bastante discriminação, que acaba por ter várias nuances, desde colegas, professores e até os pais de seus colegas os quais afirmam que não gostariam que seus filhos estudassem com adolescentes grávidas ou mães.

Diante das discriminações que podem ocorrer durante uma gravidez precoce e sua perpetuação para além da adolescência, acaba por avançar a lei que proíbe ações discriminatórias contra estudantes e pesquisadores por motivos de gravidez ou adoção, a PL 475/2024⁵, considerando discriminatório também perguntas de natureza pessoal referente ao planejamento familiar.

Destacam Maranhão et al. (2018) que as ações discriminatórias sofridas por adolescentes que estão grávidas ou são mães, trazem à tona o sentimento de isolamento destas com o meio em que convivem, mediante o fator da gravidez precoce se torna um aspecto de impedimento para a manutenção das relações sociais.

Reafirmam Miura et al (2023) que as discriminações sofridas e o com a percepção de situações de afastamento e exclusão no ambiente escolar acabam por desmotivar a continuidade

⁵ Art. 1º É vedada qualquer forma de discriminação de gestantes e/ou parturientes e de pessoas que exercem o cuidado de uma ou mais crianças e que sejam candidatas aprovadas em bolsas de graduação e pós-graduação.

Art. 2º Para efeito desta Lei, considera-se discriminação contra candidaturas de gestantes e/ou parturientes que exercem o cuidado de crianças e aprovadas em bolsas de graduação e pós-graduação:

§ 1º Negar bolsa de estudo em razão da gestação, do parto, do nascimento, de filiação, da obtenção de guarda judicial para fins de adoção, ou da licença de adoção, bem como das atividades de cuidado com essas crianças;

§ 2º Condicionar avaliação negativa para fins de bolsas de estudo e progressão de carreira em razão de ser gestante e/ou parturiente responsável pelo cuidado de uma ou mais crianças;

Art. 3º O orientador ou avaliador responsável pela discriminação citada nos artigos anteriores estará sujeito a processo administrativo que poderá ensejar a sua exclusão dos quadros do respectivo órgão ou instituto de bolsa de estudo.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação. (Projeto de Lei n 475 de 2024)

dos estudos, onde essa pode se distanciar temporariamente ou até mesmo permanentemente. Os mesmos autores apontam que as relações interpessoais são de grande importância para que as adolescentes continuem presentes no ambiente escolar, onde se torna como fator crucial a escuta, o acolhimento das demandas e as relações de vínculos.

Instituições acolhedoras, identificação com professores, vínculo afetivo com colegas, amigos e/ou famílias que apoiam são algumas das condições que potencializaram as jovens no processo de continuidade de seus estudos. Escolas não acolhedoras, mudanças (escola, residência), ausência de vínculo afetivo com professores e colegas e/ou falta de suporte familiar foram identificadas como condições que limitaram o processo de manutenção dos estudos das adolescentes. (Miura et al. 2023, p 8)

Destacam Sousa et al (2018), em seu estudo, que as adolescentes grávidas que continuaram a estudar perceberam que houve na escola mais aceitação do que uma possível exclusão ou críticas acerca de sua condição, e que em suma grande parte dessas se deu partir dos próprios colegas de classe e não por professores ou a instituição.

Segundo Aquino et al (2003) a escola acaba por ter um papel crucial na transmissão de conhecimentos e valores, apesar das desigualdades de acesso ao sistema escolar Brasileiro, ainda contribui para o sentimento de pertencimento, desempenhando uma função importante no que concerne o desenvolvimento crítico e social, contribuindo também para uma maior autonomia.

Tabela 4 – Distribuição de adolescentes atendidas segundo situação socioeconômica

Renda Per Capita	Percentual por adolescente atendida	Quantidade por adolescentes atendidas
0	54,9%	39
1-50	16,9%	12
51-100	15,5%	11
101-150	3,9%	3
151-200	7%	5
201-250	1,8%	1

Total:	100%	71
---------------	-------------	-----------

Fonte: Elaboração própria da autora (2024)

Já os fatores socioeconômicos, 54,9% das adolescentes quem tem filhos ou estão grávidas não têm nenhuma fonte de renda, lembrando que 87,3% se configuram como famílias monoparentais femininas, onde 81,52% destas famílias monoparentais se constituem apenas da adolescente e de seus filhos, sem mais nenhum integrante familiar, a continuidade do ciclo da gravidez na adolescência está diretamente ligada às características relacionadas a um nível socioeconômico mais baixo.

Assis et al (2022) apontam que a baixa renda é um aspecto que contribui para a reincidência da gravidez na adolescência, que acaba por perpetuar o mesmo ciclo de histórico por gerações, dificultando a família a ter uma ascensão social, restringindo as adolescentes a se enquadrarem apenas no papel de ser mãe, cerca de 50% das adolescentes em países de baixa e média renda enfrentam uma gravidez não planejada.

Associados a questões socioeconômicas, Diniz e Koller (2012), em sua pesquisa, afirmam que a pobreza por si só não pode ser considerada como uma variável para o aparecimento de uma gravidez na adolescência, mas seria um fator determinante quando associada a outras variáveis como casamento precoce e relações familiares.

Em concordância, Cerqueira-Santos et al (2010) afirmam que, anteriormente, a gravidez na adolescência era descrita como um problema social decorrente de uma situação de pobreza, entretanto, mais uma vez reafirmando que esse fenômeno decorre de múltiplas características e variáveis. Estabelece Sousa et al (2018) que a gravidez na adolescência pode interromper vários estágios importantes para a maturação psicossocial.

Em correlação ao exposto acima e as vulnerabilidades, Carvalho e Carvalho (2021) relatam que a gravidez na adolescência implica também no surgimento de transtornos mentais TM, as adolescentes grávidas estão mais sujeitas a desenvolverem ansiedade e depressão e tem a possibilidade desses quadros terem um desfecho negativo, tanto para a adolescente quanto para o feto. Os mesmos autores afirmam que a gravidez na adolescência somada com repercussão na

saúde mental, pode provocar o abandono escolar, sofrimento psicológico e até mesmo a ideação suicida ou tentativa de autoextermínio.

Diante do exposto, um estudo de corte transversal realizado por Veloso e Monteiro (2013) aborda o uso de álcool por adolescentes grávidas, apontam que o consumo de álcool está ligado a fatores como quadros depressivos, a falta de um cônjuge e até mesmo por conta de episódios de violência. Outras características apresentadas é que o consumo de álcool por adolescentes grávidas é feito de forma pesada, deixando evidente um grande risco de mortalidade e agravos na saúde da adolescente e do feto.

Tabela 5 – Distribuição de adolescentes atendidas segundo principal trabalho da família

Principal Trabalho da família	Percentual de adolescentes atendidas	Quantidade de adolescentes atendidas
Trabalhador por conta própria (Bico, autônomo)	18,3%	13
Empregado com carteira de trabalho assinada	1,4%	1
Aprendiz	1,4%	1
Em Branco	78,9%	56
Total:	100%	71

Fonte: Elaboração da própria autora (2024)

Em relação ao trabalho principal da família das adolescentes 78,9% não exercem nenhum tipo de trabalho, seja ele informal ou de carteira assinada, referente aos 18,3% que fazem algum tipo de trabalho informal como autônomo ou bico e 1,4% que é empregado de carteira assinada, para esses números tem que considerar atentamente que se refere ao trabalho familiar.

Das 71 adolescentes atendidas apenas 4 afirmaram exercer algum tipo de trabalho, para Aquino et al. (2003) esse fator ocorre devido que, no Brasil, para classes populares, a juventude tende a ser mais rápida no que se refere a saída precoce da vida escolar e a sua inserção ao mercado de trabalho, mesmo que seja um trabalho precário. Sousa et al (2018) contemplam que adolescentes

que têm renda até um salário mínimo estão mais propensos a saírem da escola do que adolescentes com famílias que recebem mais de três salários mínimos.

Silva (2016) realizou um estudo onde demonstra uma relação direta entre a conclusão do ensino médio e a carreira profissional, onde 72% dos indivíduos que abandonaram o ensino médio estão mais suscetíveis ao desemprego e a ganhar 27% menos, quando comparado aos indivíduos que concluíram o ensino médio.

Em concordância, Cerqueira-santos et al (2010) afirmam que a gravidez na adolescência gera fatores que levam ao desemprego, necessidade de trabalho, trabalhos precários e interrupção dos estudos, todos esses fatores mediante ao sentimento de preocupação e vergonha.

Em relação ao trabalho, Ogido e Schor (2002) ressaltam que trabalhar acaba por ser tornar uma forma essencial para que as adolescentes adquiram maior liberdade a partir do momento em que ela tem uma independência financeira, mesmo que seja um ganho relativamente pequeno. As mesmas autoras trazem outro aspecto em relação ao trabalho, que para mães jovens esse acaba por promover além da independência financeira um veículo para a socialização destas.

Ogido e Schor (2012) apontam que a inserção de jovens mães no mercado de trabalho acaba por ser dificultosa, em decorrência da própria estrutura da sociedade, bem como falta de apoio para cuidar dos filhos, tanto da própria família quanto das instituições, pela falta de creches.

Tabela 6 – Distribuição de adolescentes atendidas segundo cor/raça

Cor/Raça	Percentual por adolescentes atendidas	Quantidade de adolescentes atendidas
Preta	7,1%	5
Parda	80,3%	57
Branca	11,4%	8
Amarela	1,2%	1
Total:	100%	71

Fonte: Elaboração própria da autora (2024)

É de suma importância o recorte de raça neste caso, onde 80,4% das participantes são pessoas pardas, 11,4% são pessoas brancas, 1,2% são pessoas amarelas e 7,1% são pretas e todas de baixa renda, considerando o exposto fica visível que a gravidez na adolescência tem grande incidência em adolescentes pretas e pardas de baixa renda. Silva (2017) considera que a gravidez para jovens negras pobres, constitui-se com maior dificuldade de enfrentamento.

No que concerne à evasão escolar, Vasconcelos e Griebeler (2020) afirmam que são recorrentes as estatísticas que apontam os altos índices em que meninas negras têm altas taxas de repetência e evasão escolar. Dados trazidos pela CODEPLAN (2021) reafirmam o exposto acima, onde em 2018, um percentual de 81% das adolescentes mães eram negras.

De acordo com dados do IBGE, sete em cada dez adolescentes que estão grávidas ou que têm filhos são negras. Segundo a UNIMED (2022), uma gravidez na adolescência acarreta a adolescente a ter três vezes menos oportunidades de ter uma vida acadêmica, como também podem ganhar em média 24% menos que mulheres da mesma idade sem filhos.

Mesmo que o percentual de adolescentes negras nesta pesquisa seja relativamente baixo, apenas 7,1%, segundo Carneiro (2000) a conjugação de racismo e sexismo produzem sobre as mulheres negras um tipo de asfixia social, que tem desdobramentos e reproduções de forma negativa sobre todas as dimensões da vida, essas manifestações se dão por meio de sequelas emocionais, danos na saúde mental, menos índice de nupcialidade e conseqüentemente ocupações de menos prestígio.

Diante dessa perspectiva, a interseccionalidade tende a se fazer presente, Akotirene (2019) aborda que a interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórica e metodológica à inseparabilidade estrutural, do racismo e capitalismo, onde busca entender como diferentes formas de opressão se cruzam e se reforçam, o que pode ser aplicado na política, na criação políticas públicas.

Moreira (2012) aponta que adolescentes que rompem seus laços com a escola, estão mais propensos até a problemas relacionados à saúde, ter envolvimento com a criminalidade e ter empregos de baixa renda, esses fatores corroboram para que eles se tornem mais dependentes de programas de assistência social e de assistência pública.

Tabela 7 – Distribuição de adolescentes atendidas segundo unidade de na cidade de Ceilândia

Unidade de referência	Percentual de adolescentes atendidas	Quantidade de adolescentes atendidas
CRAS – Ceilândia Norte	35,21%	25
CRAS – Ceilândia Sul	8,45%	6
CRAS - Psul	15,49%	11
CREAS Ceilândia	5,64%	4
Em Branco	35,21%	25
Total:	100%	71

Fonte: Elaboração própria da autora (2024)

Por fim, cabe ressaltar aspectos relacionados às unidades de atendimento das adolescentes que tenham filhos ou estão grávidas, onde 35,21% têm como unidade referencial o CRAS da Ceilândia Norte, 15,49% o CRAS do Psul, 8,45% o CRAS da Ceilândia Sul, 5,63% o CREAS da Ceilândia e 35,21%⁶ não têm uma unidade de atendimento, ou seja, essas adolescentes não dispõem de um acompanhamento e possivelmente não tem acesso a política de planejamento familiar.

A implantação do Centro de Referência de Assistência Social CRAS pressupõe diálogo com os elementos fundamentais do Sistema Único de Assistência Social, não somente com a rede de proteção básica e especial, e tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios.

Os objetivos e finalidades dessa instituição, como dito acima estão na esfera de prevenção de situações de vulnerabilidades e riscos sociais e estão vinculadas aos objetivos da proteção social básica do SUAS, tais como o fortalecimento dos vínculos familiares e a defesa e promoção do direito à convivência familiar e comunitária, com ofertas de serviços socioassistenciais especialmente aqueles de caráter preventivo, proativo e coletivo.

⁶ Vale destacar que o CRAS Sol Nascente, inaugurado em 2021, oferece atendimento a uma das áreas mais vulneráveis da Ceilândia (Expansão/QNQ/QNR), embora não estivesse registrado no CadSUAS em 2022.

Diante do exposto, fica evidente que este se torna também um ambiente de acolhimento para estas adolescentes, entretanto o Distrito Federal possui 32 CRAS que foram organizados por território, na Ceilândia, a cidade mais populosa do Distrito Federal, que conta com 287.023 habitantes segundo o Censo 2022 do IBGE, existem apenas três centros de referência de assistência social.

Mediante ao que foi apresentado referente a capacidade de atendimento em contrapartida as áreas populosas de abrangência, e somado a fatores como estrutura precária e falta de servidores, esses fatores impedem o acolhimento de toda a população que necessita de atendimento, o que justifica que 35,21% das adolescentes não tenham um CRAS de referência, capaz de ajudar na promoção de vínculos e na reintegração à vida escolar. Entretanto esse dado também pode ser pela ausência do CRAS Sol Nascente no CadSUAS.

Segundo Silva (2017), a política de planejamento familiar é regulamentada para assegurar o exercício dos direitos sexuais reprodutivos, tanto para homens quanto para mulheres, abrange e prevê o oferecimento de métodos contraceptivos de forma gratuita ou de baixo custo, atua também com ações preventivas e ações educativas fornecendo informação.

Amorim et al. (2009) apontam que um dos principais fatores que contribuem para o fenômeno da gravidez na adolescência é o início precoce da vida sexual em conjunto da dificuldade de acessar programas de planejamento familiar.

Em decorrência do exposto, Carnáuba (2019) aponta que pode ser uma escolha da adolescente, pode ser devido à múltiplos fatores associados, que deve ser respeitada, visando os direitos sexuais e reprodutivos dessas mães em busca de dar significado às suas vidas. Pode ser devido a busca por reafirmar um lugar de fala, investem em começar suas próprias famílias. E segundo Heilborn et al. (2010), é possível que meninas e adolescentes estejam mais expostas à maternidade como uma forma de serem reconhecidas e respeitadas.

Moura e Gomes (2014) exprimem que a assistência em planejamento familiar é de suma importância para a experiência de vida sexual e reprodutiva saudável, especialmente, no que se refere aos adolescentes, no caso das adolescentes que são mães ou estão grávidas, isso pode ajudar a aumentar o intervalo entre as gravidezes e até mesmo a diminuir as taxas de gestações

indesejadas. Entretanto, a falta de planejamento familiar para adolescentes grávidas ou com filhos que sejam de baixa renda se torna uma situação complexa que requer um olhar especial.

CONSIDERAÇÕES

O objetivo inicial é identificar as particularidades relacionadas à gravidez na adolescência e realizar um levantamento do perfil das adolescentes que frequentam os Centros de Referência em Assistência Social na região da Ceilândia. Inicialmente, essa pesquisa estava voltada apenas para as adolescentes que ainda estavam grávidas, entretanto com o recebimento dos dados disponibilizados pelo órgão gestor do cadastro único, a SEDES, apenas uma pequena parcela estava grávida, porém como os dados obtidos referem se a adolescentes que têm filhos, decidiu-se aproveitar os preciosos dados não tendo prejuízo ou um desvio no real objetivo da pesquisa.

Mediante à hipótese, fica evidente que ela se confirma à medida que as desigualdades e desproteções atingem as adolescentes que são mães ou estão grávidas, bem como as variáveis socioeconômicas e o fator predominante da ausência de um núcleo familiar estável como fonte de apoio acaba por demonstrar um precedente para evasão escolar.

Notou-se que poucas das adolescentes atendidas têm um núcleo familiar composto por outros integrantes sem serem seus próprios filhos, o que fragiliza a estrutura familiar, pois estas adolescentes além de estarem vivendo um período de crescente desenvolvimento, acabam por ter inúmeras responsabilidades decorrentes de realizarem o papel de provedora da família.

Em relação a família monoparental feminina, porcentagem são chefiadas e tem como provedora principal as mães adolescentes, ou seja, existe a instabilidade dessas em manter uma união estável ou informal, diante do que foi apresentado, é possível que as adolescentes criem seus filhos sem o reconhecimento dos genitores, que não assumem responsabilidades afetivas nem financeiras.

Pode-se afirmar então a existência de uma grande controvérsia em relação aos preceitos morais, conjugais e familiares, enquanto está adolescente grávida ou tem filhos assume toda a responsabilidade quase como imposição o genitor acaba por ser isento da responsabilidade perante o sustento e criação do filho.

Diante da família bem como os laços afetivos que giram em torno desta, se torna um fator determinante para que adolescentes que tenham filho ou estejam grávidas continuem ou abandonem a vida escolar, a estrutura familiar, por sua vez, torna-se complexa devido à presença

de diversos fatores que influenciam sua formação e afetividade, os quais estão intimamente ligados a aspectos socioeconômicos e à subsistência, tanto individual quanto coletiva.

Ficou evidente como a instabilidade familiar, a ruptura de laços familiares em conjunto de uma situação de vulnerabilidade socioeconômica pode acarretar eventos, como as altas taxas de evasão escolar, conforme Amorim et al. (2009), é fundamental destacar que o atraso nos estudos, aliado a uma educação deficiente, impede que essas adolescentes desenvolvam um projeto de vida voltado para a academia e o mercado de trabalho, perpetuando, assim, o ciclo da pobreza.

A instituição escolar tem um papel fundamental para a continuidade dos estudos de adolescentes, mães ou grávidas, por se tornar um ambiente de acolhimento que pode proporcionar relações de vínculos, como pode ser também um dos motivos para que essas jovens se distanciem e saiam do ambiente escolar, principalmente por conta da exclusão.

No quesito relacionado à questão socioeconômica apresenta um número elevado no que tange a ausência de renda, o que corrobora não somente para que o núcleo familiar permaneça na pobreza, mas afeta diretamente os projetos de vida das adolescentes atendidas, visto que a renda se torna um fator proeminente para a ascensão da independência financeira e concretização de projetos e sonhos.

Porém as autoras, Quadros e Menezes (2009), defendem que o desejo de ser mãe, casar-se, formar uma família, por vezes se torna um projeto central na vida de adolescentes de classes populares. Portanto, de acordo com este prisma, nem sempre a gravidez adolescente trata-se de um problema a ser prevenido com ações higienistas.

No entanto algumas limitações merecem consideração, como o fato de não conseguir determinar quando foi a primeira gravidez das adolescentes, mesmo que ainda sejam adolescentes algumas tem mais de dois filhos e não estudam, seria fundamental saber quando foi a primeira gestação para compreender melhor a realidade de cada uma. Outro ponto de inquietação refere se à composição familiar, onde a maioria destas está sozinhas com seus filhos sem nenhuma rede de apoio familiar, seria de suma importância entender em que contexto familiar essas adolescentes se enquadram e o motivo de não ter nenhum membro familiar residindo com elas.

Outra limitação está associada ao fato de não ter dados e variáveis sobre interrupção dos estudos ou mesmo o retorno da vida escolar, onde pode haver a possibilidade de que uma parcela das 23 adolescentes grávidas ou que são mães que continuam estudando, terem interrompidos os estudos mediante a gravidez ou no período de puerpério. Uma angústia está direcionada ao fato de não serem dados substanciais relacionados aos motivos que levaram à saída da escola.

Uma inquietação precedente que surgiu ao decorrer da pesquisa está associada a não ter informações referentes a inserção destas adolescentes em programas de transferência de renda, sabe-se que a renda per capita destas é muito baixa ou inexistente, entretanto considerando, por exemplo, o Programa Bolsa Família para famílias de baixa renda, pobres e em situação de extrema pobreza, se inseridas nesse programa como a frequência escolar afeta essas mães adolescentes, visto que o Programa tem como uma de suas condicionalidades a frequência escolar.

Em relação as medidas preventivas sobre a gravidez na adolescência, de acordo com a UNIMED (2022), uma das principais ações a se fazer pelos responsáveis quando se descobre uma gravidez precoce seria justamente lembrar a adolescente que ela não sozinha, é de suma importância que a família faça o acolhimento, ressaltando assim a importância dos laços afetivos para esta adolescente. Essa ação pode contribuir não somente como um ponto focal para a saúde física e mental da adolescente, mas também pode prevenir a recorrência de gravidez não planejada.

Um aspecto que é importante ressaltar seria a forma de evitar uma gravidez na adolescência, segundo Yazlle (2006) é de suma importância identificar e considerar quais adolescentes estão mais suscetíveis e expostas ao risco de engravidar. Então, é fundamental o diálogo entre pais e filhos, onde possam fornecer orientações de forma sensata, com responsabilidade e respeito, e imprescindível ter este diálogo falando sobre educação sexual, pois além de prevenir uma gravidez precoce contribui para a adolescente identificar o que é abuso, tanto o sexual, como o psicológico.

Um aspecto que chama atenção está correlacionado as referenciadas nos Centros de Referência em Assistência social da região administrativa da Ceilândia, onde 35,1% não possuíam uma unidade de referência familiar, disso demonstra como a capacidade operacional dessas instituições está comprometida, onde existe poucos centros de referência em assistência social, o que ocasiona na superlotação dos que já existem, em decorrência desse fator não se consegue

referência e atender toda a população da área de abrangência e muito menos fazer um acompanhamento familiar com as adolescentes.

Das vulnerabilidades e dos prejuízos atrelados a gravidez na adolescência, em relação a desistência da vida escolar, faz se então necessário conhecer e compreender o perfil dessas adolescentes, para assim saber aspectos predominantes, para conseguir de fato planejar e implantar serviços específicos, que possam ser eficazes para prevenção e atendimento destas, deixando em evidência que cada situação é particular e que cada uma tem suas singularidades.

Ficou claro que a combinação de fatores como pobreza, instabilidade familiar, falta de apoio e a ausência do Estado, juntamente com políticas sociais inadequadas para adolescentes, além da carência de serviços de saúde e educação, são determinantes para a incidência de gravidez na adolescência, o que, por sua vez, contribui para o abandono escolar.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Mirian; CASTRO, Marya Garcia; SILVA, Lourena Bernadete da. Juventude e Sexualidade. Brasília, UNESCO Brasil 2004.

ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amalia Faller (organizadoras). Família: Rede, laços e políticas públicas. 5ed. - São Paulo: Cortez: Coordenadoria de estudos e desenvolvimento de projetos especiais – PUC/SP, 2010

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA. História de Ceilândia. Disponível em: <<https://www.ceilandia.df.gov.br/2019/11/08/historia-de-ceilandia/>>. Acesso em: 25/11/2023

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. Pólen, Produção Editorial LTDA, 2019. Disponível em <[https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Interseccionalidade_\(Feminismos_Plurais\)_-_Carla_Akotirene.pdf?1599239359](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Interseccionalidade_(Feminismos_Plurais)_-_Carla_Akotirene.pdf?1599239359)>.

ALMEIDA, Silvio. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019. 264 p. ISBN 978-85-98349-75-6

Andrade BG, Assis CA, Lima DC, Neves LF, Silva LA, Silva RC, et al. Apoio social e resiliência: um olhar sobre a maternidade na adolescência. Acta Paul Enferm. 2022;35:eAPE03341.

Amorim MMR, Lima LA, Lopes CV, Araújo DKL, Silva JGG, César LC, Melo ASO. Fatores de risco para a gravidez na adolescência em uma maternidade-escola da Paraíba: estudo caso-controle. Rev Bras Ginecol Obstet. 2009; 31(8):404-10

ARIÉS, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos, 1981.

ASSIS, T.S.C., et al. Reincidência de gravidez na adolescência: fatores associados e desfechos maternos e neonatais. Ciênc. saúde coletiva. 2022, vol. 27, no. 8, pp. 3261-3271

Aquino, E. M. L., Heilborn, M. L., Knauth, D., Bozon, M., Almeida, M. C., Araújo, J., & Menezes, G. (2003). Adolescência e reprodução no Brasil: A heterogeneidade dos perfis sociais. Cadernos de Saúde Pública, 19(Supl. 2), S377-S388. doi:10.1590/S0102-311X2003000800019

AZEVEDO, Gislaíne; SARAT, Magda. História da infância no Brasil: contribuições do processo civilizador. Educação e fronteiras on-line, Dourado/MS, v.5, n 13n p. 19-33, jan./abr. 2015

BABIUK, Graciele Alves. Famílias monoparentais femininas, políticas públicas em gênero e raça e serviço social. Seminário Nacional de Serviço Social, trabalho e política, universidade federal de santa Catarina Florianópolis, 27 a 29 de outubro de 2015.

BRASIL, Informativo elaborado conjuntamente pelas Secretarias Nacionais de Assistência Social, de Renda da Cidadania, de Promoção do Desenvolvimento Humano, todas do Ministério da Cidadania, e com contribuições da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Ministério dos Direitos Humanos. Gravidez na adolescência: impacto na vida das famílias e das adolescentes e jovens mulheres. Disponível em: <

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/informe/Informativo%20Gravidez%20adolesc%C3%Aancia%20final.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2023

_____, Cartilha de Noções básicas do cadastro único. Disponível em: <https://mds.gov.br/webarquivos/MDS/2_Acoes_e_Programas/Cadastro_Unico/Cartilha/Cartilha_Cadastro_Unico_Digital.pdf>. Acessado em: 04 set. 2024

_____, IBGE, Instituto de Brasileiro de Geografia e estatística. Agência de notícias IBGE. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39531-uma-em-cada-quatro-mulheres-de-15-a-29-anos-nao-estudava-e-nem-estava-ocupada-em-2023>>. Acesso em: 01 set. 2024

_____, IBDFAM, Instituto Brasileiro do direito da família, Disponível em: <<https://ibdfam.org.br/noticias/10773/Brasil+teve+mais+de+2+mil+uni%C3%B5es+oficiais+envolvendo+menores+de+idade+em+2023%3B+especialista+analisa+o+impacto+da+Lei+13.811#:~:text=Desde%202019%2C%20o%20Brasil%20permite,partir%20da%20Lei%2013.811%2F2019%20.>>>. Acessado em: 05 set. 2024

_____, FESBARGO, Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia. Reflexões sobre a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência 2021. Disponível em: <<https://www.febrasgo.org.br/pt/noticias/item/1210-reflexoes-sobre-a-semana-nacional-de-prevencao-da-gravidez-na-adolescencia-2021>>. Acessado em: 30 ago. 2024

_____, Lei nº 4.513, de 1º de dezembro de 1964. Autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, a ela incorporando o patrimônio e as atribuições do Serviço de Assistência a Menores, e dá outras providências. Disponível em <<https://legis.senado.leg.br/norma/546365/publicacao/15790011>>. Acesso em: 18 nov. 2023

_____, Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975. Dispõem sobre a estudante em estado de gestação regime de exercícios domiciliares. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6202.htm>. Acesso em: 02 out. 2023

_____, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 06 nov. 2023

_____, Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm>. Acesso em: 02 out. 2024

_____, Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996. Dispõem sobre o planejamento familiar. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9263.htm>. Acesso em: 10 out. 2023

_____, Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006. Dispõem sobre alteração da duração do ensino. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11274.htm>. Acesso em: 01 set. 2024

_____, Lei nº 13.811, de 12 de março de 2019. Dispõem sobre exceções legais permissivas do casamento infantil. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/113811.htm>. Acessado em: 05 set. 2024

_____, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm>. Acesso em 02 out. 2024

_____, Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021. Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil; define metas para taxas de pobreza; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e dispositivos das Leis nos 10.696, de 2 de julho de 2003, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 12.722, de 3 de outubro de 2012; e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114284.htm>. Acesso em: 02 out 2024

_____, Ministério da educação, Gravidez na adolescência. Disponível em <[https://www.gov.br/ebserh/pt-br/comunicacao/noticias/por-hora-nascem-44-bebes-de-maes-adolescentes-no-brasil-segundo-dados-dosus#:~:text=Por%20dia%2C%201.043%20adolescentes%20se,%C3%A9Anico%20de%20Sa%C3%BAde%20\(SUS\).>](https://www.gov.br/ebserh/pt-br/comunicacao/noticias/por-hora-nascem-44-bebes-de-maes-adolescentes-no-brasil-segundo-dados-dosus#:~:text=Por%20dia%2C%201.043%20adolescentes%20se,%C3%A9Anico%20de%20Sa%C3%BAde%20(SUS).>)>. Acesso em: 08 nov. 2023

_____, Ministério da saúde. Proteger e cuidar da saúde do adolescente na atenção básica. 2ª edição, Brasília 2018. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/proteger_cuidar_adolescentes_atencao_basica_2ed.pdf>. Acesso em: 10 out. 2023

_____, Projeto de lei nº 475 de 2024. Dispõem sobre a proibição de ações discriminatórias a estudantes por gravidez ou adoção. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2418789&fichaAmigavel=nao>> Acessado em: 05 set. 2024.

_____, UNIMED, Confederação Nacional das Cooperativas Médicas. Gravidez na adolescência 27 Janeiro 2022. Disponível em: <<https://www.unimed.coop.br/viver-bem/pais-e-filhos/gravidez-na-adolescencia-um-assunto-de-todos#:~:text=suspeita%20%C3%A0%20confirma%C3%A7%C3%A3o-,Gravidez%20na%20adolesc%C3%Aancia%3A%20dados%20sobre%20o%20tema%20no%20Brasil,Brasil%20de%20gesta%C3%A7%C3%B5es%20na%20adolesc%C3%Aancia.>>>. Acessado e em: 30 ago. 2024

Bruno ZV, Feitosa FEL, Silveira KP, Morais IQ, Bezerra MF. Reincidência de gravidez em adolescentes. Ver Bras Ginecol Obstet. 2009; 31(10):480-4

CARLOTO, Cássia Maria; GOMES, Anne Grace. Geração de renda: enfoque nas Mulheres pobres e divisão sexual do trabalho. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n.105, mar. 2011.

CARMO, Marta. Configurações familiares: um novo paradigma. Rev. abordagem gestalt., Goiânia, v. 13, n. 2, p. 260-262, dez. 2007.

CARNAÚBA, Rayssa Araújo. Trajetórias de adolescentes negras e mães: por outras Histórias, por outras Políticas Públicas. Dissertação de Mestrado em Educação, Publicação PPGE-MP.DM – 2019, Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, DF, 173p.

CARNEIRO, Sueli. Matriarcado da miséria. Correio Braziliense, 2000. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-matriarcado-da-miseria/>

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira; ALMEIDA, Paulo Henrique de. Família e Proteção Spcoal. São Paulo em Perspectiva, 17(2): 109-122, 2003

CARVALHO, Caio Aguiar; CARVALHO, Thiago Aguiar. Repercussões na saúde mental da gravidez na adolescência. UNICEPLAC, 10 de junho de 2021

CARVAJAL, Guillermo. Tornar-se adolescente. A aventura de uma metamorfose. Tradução de Claudia Berliner, São Paulo: Cortez, 1996. Pp. 9-38; Pp 103-150; Pp 181-18

CERQUEIRA-SANTOS, Elder; PALUDO, Simone dos Santos; DEI SCHIRÓ, Eva Diniz Bensaia; KOLLER, Silvia Helena. Gravidez na adolescência: análise contextual de risco e proteção. In Psicologia em estudo. Maringá. Vol. 15, n.1 (jan./mar. 2010), p. 73-85.

CODEPLAN – COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL. As Crianças e Adolescentes do DF: um retrato a partir da PDAD 2015. Estudo. Brasília: Codeplan, 2017.

CODEPLAN, Companhia de planejamento do Distrito federal. Gravidez na adolescência no Distrito Federal: Uma análise de 2000 e 2016. Brasília-DF, fevereiro de 2021. Disponível em: <<https://codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Estudo-Gravidez-na-adolescencia-no-Distrito-Federal-uma-analise-de-2000-a-2016.pdf>>. Acesso em: 03 set. 2023

CODEPAN – COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL. PDAD, Pesquisa Distrital por amostra de domicílios, Ceilândia. Brasília DF, 2022. Disponível em: <<https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2022/05/Ceilandia.pdf>>. Acessado em: 25 nov. 2023

COSTA, Otávio Barduzzi Rodrigues da. Evasão escolar, identificação, causas e características: uma revisão bibliográfica. Revista Educação Pública, v. 23, nº 41, 24 de outubro de 2023. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/23/41/evasao-escolar-identificacao-causas-e-caracteristicas-uma-revisao-bibliografica>>. Acessado em: 05 set. 2024

DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. Métodos Quantitativos e Qualitativos: Um Resgate Teórico. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.2, n.4, p.01- 13, Sem II. 2008.

DEL PRIORE, Mary (Org). História da criança no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991.

DIAS, Ana Cristina Garcia ; GOMES, William B. Conversas sobre sexualidade na família e gravidez na adolescência: a percepção dos pais. Estudos de Psicologia 1999, 4(1), 79-106

DIAS, Ana Cristina Garcia; TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira. Gravidez na adolescência: um olhar sobre um fenômeno complexo. Paideia jan.-abr. 2010, Vol. 20, No. 45, 123-13

DINIZ, Eva; KOLLER, Silvia Helena. Fatores associados á gravidez em adolescentes e baixa renda. Paidéia set.-dez. 2012, Vol. 22, No. 53, 305-314.

DUARTE, G.; RIBEIRO, C.T; SILVANA, M.Q; MARCOLIN, A.C; CAVALLI, R.C; STEFANELI, S.H.S. Tratamento da endometrite puerperal com antibioticoterapia parenteral exclusiva. Rev Bras Ginecol Obstet. 2005; 27(8): 456-60

DUARTE, Marcos José de Oliveira; ALENCAR, Mônica Maria Torres de (organizadores). Família famílias: práticas sociais e conversações contemporâneas. Editora Lumen Juris, Rio de janeiro 2010

FONSECA, A.L.B.; DE ARAÚJO, N.G. Maternidade precoce: Uma das consequências do abandono escolar e do desemprego. Journal of Human Growth and Development, v. 14, n. 2, 2004.

GODOY, Arilda Schimidf. Pesquisa Qualitativa tipos e fundamentos. Revista de administrações de empresa. São Paulo, v.35, p 20-29, Mai/jun. 1995.

GOMES, Adriana Araujo da Silva. Gravidez na adolescência. Disponível em: <<https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/123456789/2395>>. Acessado em: 25/11/2023

GOMES, Guilherme Silva. a proteção legal à criança e ao adolescente em família monoparental..68 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Faculdade Nacional de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

GONÇALVES, Silmara Delgado; PARADA, Cristina Maria Garcia de Lima; BERTONCELLO, Neide Marina Feijó. Percepção de mães adolescentes acerca da participação paterna na gravidez, nascimento e criação do filho. Rev Esc Enferm USP 2001; 35(4): 406-13.

GUIMARÃES, Edna Araújo; WITTER, Geraldina Porto. Percepções de Adolescentes Grávidas em Relação a seus Familiares e Parceiros. Psicologia Ciência e profissão, 2008, 28 (3), 548-557

GURGEL M.G.I.; ALVES M.D.S.; VIEIRA N.F.C.; PINHEIRO P.N.C.; BARROSO G.T. Gravidez na adolescência: tendencia na produção científica de enfermagem. Esc Anna Nery Rev Enferm, 2008 dez, 12(4): 799 – 05

HEILBORN, M.L.; SALEM, T.; ROHDEN, F.; BRANDÃO, E.; KNAUTH, D.; VICTORA, C.; AQUINO, E.; McCALLUM, C.; BOZON, M. Aproximações socioantropológicas sobre a gravidez na adolescência. Horiz. Antro-pol. vol.8 no.17 Porto Alegre June 2002.

Higa EFR, Bertolin FH, Maringolo LF, Ribeiro TFSA, Ferreira LHK, Oliveira VASC. A intersectorialidade como estratégia para promoção da saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes.

Interface, Comunicação Saúde Educação. 2015; 19 Supl 1:879-91

Jesus FBD; Lima FCA.; Martins CBG.; Matos KF.; Souza SPS. Vulnerabilidade na adolescência: A experiência e expressão da adolescência. Rev. Gaúcha Enferm., Porto Alegre (RS) 2011 jun;32(2):359-67

JUNIOR EBL; OLIVEIRA GS; SANTOS ACO; SCHNEKENBERG GF. Análise documental, como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. Cadernos da Fucamp, v20. n44, p.36-51/2021

Junqueira MPVD, Miranda EP, Resck ZMR, Freitas PS, Calheiros CAP, Felipe AOB. Assistência dos profissionais de saúde no parto e no puerpério: dando voz às mulheres adolescentes. Rev Eletr Enferm. 2022;24:59448.

KAHHALE, Soubbi; FRANCISCO, Rosana Pulcinele Vieira; ZUGAID, Marcelo. Pré-eclâmpsia. Rev Med (São Paulo). 2018 mar.-abr.;97(2):226-34

KALOUSTIN, Silvio Manoug (organizador). Família brasileira, a base de tudo. 9.ed, São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 2010.

LORENZI, Gisella Werneck. Uma Breve História dos Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil. Disponível em <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/formacao_acao/1semestre_2015/historia_dos_direitos_da_infancia.pdf>. Acessado em: 25 nov. 2023

Maranhão TA, Sales SS, Pereira MLD et al. Atitudes e reações familiares e sociais diante da gravidez na adolescência. RV enferm UFPE on line., Recife, 12(4):840-8, abr., 2018

MARCÍLIO, Maria Luiza. História social da criança abandonada. São Paulo, Hucitec, cap. 2, 1998.

MELO, Jennifer Silva. Breve histórico da criança no Brasil: conceituando a infância a partir do debate historiográfico. Revista Educação Pública, v. 20, nº 2, 14 de janeiro de 2020.

MIURA, P.O; SILVA, A.C.S; LIMA, E.F.O; GALDINO, E.B.T; SANTOS, K.A.M; MENEZES, S.K.O; COSTA, G.C. Gravidez na adolescência e as experiências da vida escolar. Psicologia Escolar e Educacional. 2023, v. 27.

MOREIRA, P. R. Evasão escolar nos cursos técnicos do Proeja na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais. 2012.

Moreira RCR, Costa JRA, Lopes RLM, Freitas MYGS et al. Gravidez na adolescência e vida escolar: experiências de alunas de uma escola pública. Rev enferm UFPE on line. 2010 abr./jun.;4(2):524-32

MOURA, Clóvis. O racismo como arma ideológica de dominação. Revista Princípios, São Paulo, n. 34, p. 28-38, 1994.

MOURA, Laís Norberta Bezerra de; GOMES, Keila Rejane Oliveira. Planejamento familiar: uso dos serviços de saúde por jovens com experiência de gravidez. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(3):853-863, 2014

Nascimento TLC, Teixeira CSS, Anjos MS, Menezes GMS, Costa MCN, Natividade MS. Fatores associados à variação espacial da gravidez na adolescência no Brasil, 2014: estudo ecológico de agregados espaciais. *Epidemiol. Serv. Saude, Brasília*, 30(1):e2019533, 2021

NETO, F.R.G.X; DIAS M.S.A; ROCHA, J; CUNHA, I.C.K.O. Gravidez na adolescência: motivos e percepções de adolescentes. *Rev Bras Enferm* 2007 maio-jun; 60(3):279-85.

NUNES, Silvia Aleixin. Esperando o futuro: a maternidade. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 22 [1]: 53-75, 2012

OGIDO, Rosalina; SCHOR, Néia. A Jovem Mãe e o Mercado de Trabalho. *Saúde Soc. São Paulo*, v.21, n.4, p.1044-1055, 2012.

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. A institucionalização da assistência ao menor no Brasil. *Revista de Psicologia, Fortaleza*, v. 4, n.2, 1986, p. 27-33.

PAULA, Jordana Souza Rodrigues de. Redução do índice de gravidez na adolescência na área de abrangência da ESF Andorinhas – Plano de Intervenção. Minas Gerais, 2014

PEIXOTO, E.; OLIVEIRA, A. M. V.; WALDVOGEL, A. S. As casas de Ceilândia. *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*. V. 23, E202104pt, 2021. DOI 10.22296/2317-1529.rbeur.202104pt

Pinto IR, Silva JA, Parra PC, Wernet M, Fonseca LMM, Ruiz MT. Gestação na adolescência e adesão à consulta puerperal. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*. 2022;30(spe):e3702

PRATTA, Elisângela Maria Machado; SANTOS, Manoel Antonio dos. Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. *Psicologia em Estudo, Maringá*, v. 12, n. 2, p. 247-256, maio/ago. 2007

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ROCHA, Rita de Cassia Luiz da. História da infância: Reflexões acerca de algumas concepções correntes. *ANALECTA Guarapuava, Paraná* v. 3 no 2 p. 51-63 jul/dez. 2002

ROSSETTO, M.S., SCHERMANN, L.B. e BÉRIA, J.U. Maternidade na adolescência: indicadores emocionais negativos e fatores associados em mães de 14 a 16 anos em Porto Alegre, RS, Brasil. *Ciênc. saúde coletiva*. 2014, vol. 19, no. 10, pp. 4235-46

ROUDINESCO, Elisabete. A família em desordem. Tradução Andre Telles - Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed, 2003

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. [livro eletrônico] / -- 1. ed. - São Paulo : Cortez, 2013.

SILVA, E.L.C.; LAMY, Z.C; ROCHA, L.J.L.F.; MENDONÇA, F.M.A.; LIMA, J.R. Gravidez e dinâmica familiar na perspectiva de adolescentes. Bol. Acad. Paulista de Psicologia, São Paulo, Brasil – V. 34, no 86, p. 118-138, 2014

SILVA, J. M. S. Mães adolescentes negras na UFBA: As Intersecções entre Maternidade, raça, trabalho e ensino. 2017. 81 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

SILVA, Lucia Silva; TONETE, Verá Lucia Pamplona. A gravidez na adolescência sob a perspectiva dos familiares: compartilhando projetos de vida e cuidado. Ver. Latino-Am. Enfermagem 14 (2) Abr 2006

SILVA, Márcia Regina Barros da. História da assistência hospitalar em São Paulo: a subvenção do Estado às misericórdias paulistas. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.26, supl., dez. 2019, p.79-108.

SILVA, W. Evasão escolar no Ensino Médio no Brasil. Educação em Foco, v. 19, nº 29, p. 13-14, 2016.

SOUSA, C.R.O.; GOMES, K.R.O; SILVA, K.C.O; MASCARENAS, M.D.M; RODRIGUES M.T.P; ANDRADE, J.X; LEAL, M.A.B.F. Fatores preditores da evasão escolar entre adolescentes com experiência de gravidez. Cad. Saúde Colet., 2018, Rio de Janeiro, 26 (2): 160-169

VASCONCELOS, Andressa Mielke; GRIEBELER, Marcelo de Carvalho. O Efeito do Casamento Infantil Feminino sobre Atraso e Frequência Escolar. Área 12, econômica Social e demografia. ANPEC, 14 de junho de 2020

VELOSO, Lorena Uchôa Portela; MONTEIRO, Claudete Ferreira de Souza. Prevalência e fatores associados ao uso de álcool em Adolescentes grávidas. Ver. Latino-Am. Enfermagem Artigo Original 21(1):[09 telas] Jan.-fev. 2013

VIEIRA, Meloni Elisabeth.; BOUSQUAT, Aylene.; BARROS; SANTOS.; Claudia Renata dos.; ALVES, Maria Cecilia Goi Porto. Gravidez na adolescência e transição para a vida adulta em jovens usuárias do SUS. Rev Saúde Pública, São Paulo, 2017.

WAGNER, Adriana(coordenadora). Como se perpetua a família? A transmissão dos modelos familiares. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

YAZLLE, Marta Edna Holanda Diógenes. Gravidez na adolescência. Editorial Ver. Bras. Ginecol. Obstet. 28 (8) Ago 2006.

ANEXO A – TERMO DE RESPONSABILIDADE



ANEXO IX

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Órgãos de Pesquisa

Termo de Responsabilidade pela utilização da Base de Dados do Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal, regulamentado pelo Decreto nº 11.016, de 29 de março de 2022.

A Secretaria de Desenvolvimento Social - SEDES, com sede estabelecida na SEPN Comércio Residencial Norte 515 BL B - Asa Norte, Brasília - DF, 70770-502, localizada no Distrito Federal, doravante chamada de signatária, neste ato representada por Juliana de Oliveita, estudante de graduação da Universidade de Brasília UNB, brasileira, CPF nº 057.745.111-11, firma o presente TERMO DE RESPONSABILIDADE, que disciplina a utilização dos dados de identificação do Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) mediante as cláusulas e condições descritas a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo estabelece as regras que regulam a utilização dos dados de identificação do Cadastro Único, pela(o) SIGNATÁRIA(O), sem prejuízo dos parâmetros legais vigentes.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO SIGNATÁRIO

A(O) SIGNATÁRIA(O) compromete-se, por meio do presente Termo, a utilizar os dados de identificação do Cadastro Único exclusivamente para gerar informações não identificadas de relevante interesse público ou acadêmico, no âmbito do projeto "(nome do projeto)", e a guardar sigilo sobre o conteúdo solicitado, sendo vedada qualquer forma de disponibilização ou cessão a terceiros.

A(O) SIGNATÁRIA(O) poderá permitir o acesso aos dados disponibilizados, mediante assinatura de Termo de Compromisso e Manutenção do Sigilo (modelo anexo), somente aos pesquisadores vinculados ao projeto supramencionado, assim identificados.

Juliana de Oliveira - 057.745.111-11

Maria de Fatima dos Santos Silva - 584.465.671-72

A(O) SIGNATÁRIA(O) compromete-se a:

a) enviar, ao órgão gestor do CadÚnico, cópia do relatório produzido, em formato eletrônico, assim que o estudo tiver sido finalizado;

b) utilizar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão dos dados de identificação do CadÚnico;

c) adotar medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados de identificação do CadÚnico;

d) eliminar os dados de identificação do CadÚnico após verificação de que a finalidade foi alcançada ou de que os dados deixaram de ser necessários ou pertinentes ao alcance da finalidade específica para a qual a cessão foi autorizada, salvo para as hipóteses de conservação previstas no art. 16 da Lei nº 13.709, de 2018; e

e) comunicar ao órgão gestor do CadÚnico a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante às pessoas ou famílias inscritas no CadÚnico.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

A(O) SIGNATÁRIA(O), bem como os pesquisadores envolvidos no projeto, responderão civil e criminalmente pela utilização do banco de dados do Cadastro Único para fins diversos do previsto na Cláusula Segunda, e por quaisquer danos causados pela divulgação inadequada de informações contidas no Cadastro Único.

E, por estar de pleno acordo, firma o presente Termo.

Brasília, 24 de Novembro de 2023

Maria de Fatima dos Santos Silva

584.465.671-72

ANEXO B – TERMO DE COMPROMISSO E MANUTENÇÃO DE SIGILO



ANEXO X

TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

Órgãos de Pesquisa

Secretaria de Desenvolvimento Social SEDES – DF

Eu, Juliana de Oliveira, estudante de graduação da Universidade de Brasília – UNB, CPF nº 057.745.111-11, declaro estar ciente da habilitação que me foi conferida pelo órgão gestor do CadÚnico para tratamento de dados de identificação do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) no âmbito do Termo de Responsabilidade assinado pela Secretaria de Desenvolvimento Social - SEDES.

No tocante às atribuições a mim conferidas, no âmbito deste Termo de Responsabilidade acima referido, comprometo-me a:

a) utilizar os dados de identificação do Cadastro Único exclusivamente para gerar informações não identificadas de relevante interesse público ou acadêmico, no âmbito do projeto " GRAVIDEZ NA ADOLESCENCIA: Uma análise do perfil de usuárias do Centro de Referência de Assistência Social da Ceilândia", e manter sigilo sobre o conteúdo solicitado, sendo vedada qualquer forma de disponibilização ou cessão a terceiros, abstendo-se de revelá-los ou divulgá-los, sob pena de incorrer nas sanções civis e penais decorrentes de eventual divulgação;

b) proteger os dados de identificação do CadÚnico de acessos não autorizados, garantindo que os dados serão manipulados em ambiente seguro e controlado;

c) manter a absoluta cautela quando da exibição de dados em tela, impressora, ou, ainda, na gravação em meios eletrônicos, a fim de evitar que deles venham a tomar ciência pessoas não autorizadas;

d) não me ausentar do equipamento em uso sem encerrar a sessão ou bloquear o uso das bases, garantindo assim a impossibilidade de acesso indevido por pessoas não autorizadas;

e) manter sigilo dos dados ou informações sigilosas obtidas por força de minhas atribuições, abstendo-me de revelá-los ou divulgá-los a terceiros, sob pena de incorrer nas sanções civis e penais decorrentes de eventual divulgação; e

f) eliminar os dados de identificação do CadÚnico após verificação de que a finalidade foi alcançada ou de que os dados deixaram de ser necessários ou pertinentes ao alcance da finalidade específica para a qual a cessão foi autorizada.

Brasília, 24 de novembro de 2023



Documento assinado digitalmente

JULIANA DE OLIVEIRA

Data: 24/11/2023 08:38:00-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Juliana de Oliveira

Estudante de Graduação da Universidade de Brasília

057.745.111-11

190031590@aluno.unb.br

Maria de Fatima dos Santos Silva

Professora mestra, docente substituta na Universidade de Brasília/ICH

Departamento de Serviço Social

CRESS/DF 2944

584.465.671-72

Maria.fatima@unb.br

ANEXO C - OFICIO



Ofício nº 01/2023/ICH / SECGRAD Brasília, 24 de novembro de 2023.

A Sua Excelência o Senhor
Coracyr Coelho Chavante
Sub-Secretário da Assistência Social da Secretaria de Desenvolvimento Social- SEDES/DF
SEPN Comércio Residencial Norte 515
BL B 70770-502, Asa Norte, Brasília -
DF

Assunto: Solicita consulta aos dados do Cadastro Único

Senhor Sub-Secretário,

Solicita-se consulta aos dados do Cadastro Único para coleta de material a fim de produzir trabalho de conclusão de curso. Trata-se do projeto de pesquisa “GRAVIDEZ NA ADOLESCENCIA: Uma análise do perfil de usuárias do Centro de Referência de Assistência Social da Ceilândia.” da aula de graduação Juliana de Oliveira, CPF 057.745.111-11, orientada pela professora Mestra Maria de Fatima dos Santos Silva, CPF 584.465.671-72, CRESS/DF 2944, professora substituta do Departamento de Serviço Social do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Brasília. A pesquisa tem o objetivo levantar o perfil de adolescentes de 16 a 18 anos incompletos, que estiveram ou estão grávidas e são usuárias do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) do Distrito Federal na região administrativa da Ceilândia, a fim de localizar as nuances acerca do abandono escolar, questões socioeconômicas e núcleo familiar, para tanto são necessários os dados do cadastro único, em anexo se encontra o projeto, os termos de Responsabilidade e de Compromisso de Manutenção de Sigilo devidamente assinados, diante disso precisamos dos dados:

Variáveis: Adolescentes que receberam o benefício variável gestante

Idades de 16 até 18 incompletos

Que sejam responsáveis familiar

Localizadas na região administrativa da Ceilândia no Distrito Federal

No ano de 2022: de 01/01/2022 a 31/12/2022

Do envio dos dados:

Se possível enviar os dados devem em forma de planilha onde cada dados presentes abaixo se torne uma coluna e cada adolescente que está ou já esteve grávida se torne uma linha, para maior sistematização dos dados.

Dados da adolescente

1 - Idade

2 – Cor ou Raça

3 - Estado civil

4 - Quantas pessoas residem no Domicílio com a RF

5 - Renda Per capita

Escolaridade da adolescente

6 - Frequenta escola?

6.1 - Rede pública ou privada?

6.2 - Qual o nome do curso?

6.3 - Qual o ano/Série que frequenta?

7 - Já frequentou?

7.1 - Qual foi o curso mais elevado que frequentou, no qual concluiu pelo menos uma série?

7.2 - Qual foi o último ano/série que concluiu com aprovação nesse curso que frequentou?

7.3 - Concluiu esse curso que frequentou?

8 - Nunca frequentou.

Trabalho

9 - Exerce algum tipo de trabalho?

9.1 - Qual é esse trabalho principal

10 – Renda Per capita

Família

11 - Relação de parentesco com a pessoa Responsável pela Unidade Familiar - RF

11.1 - Tem Cônjuge ou companheiro(a)?

11.2 - Quantos Filhos

11.3 - Tem Enteado(a)? Se sim quantos

12 - Mae Reside com o a RF?

13 - Pai reside com a RF?

14 - Sogro(a) reside com a RF?

14.1 - Irmão ou irmã reside com a RF, se sim quantos

14.2 - Outro parente reside com RF, se sim quantos

Certos de sua colaboração enviamos para providência.

Respeitosamente,



Documento assinado eletronicamente por Maria de Fátima dos Santos Silva, Usuário Externo, em 24/11/2023, às 09:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 10604067 e o código CRC 962B7682.

ANEXO D – ROTEIRO

VARIÁVEIS	VARIÁVEIS ESPECÍFICAS	QUANTIDADE POR ADOLESCENTES ATENDIDAS	PERCENTUAL DE ADOLESCENTES ATENDIDAS
1 – Idade	<ul style="list-style-type: none"> • 16 anos • 17 anos • 18 anos 	<ul style="list-style-type: none"> • 4 • 21 • 46 	<ul style="list-style-type: none"> • 5,63% • 29,58% • 64,79%
2 – Cor ou raça	<ul style="list-style-type: none"> • Branca • Preta • Parda • Amarela 	<ul style="list-style-type: none"> • 8 • 5 • 57 • 1 	<ul style="list-style-type: none"> • 11,4% • 7,1 • 80,3% • 1,2%
3 – Quantidade de filhos por adolescentes	<ul style="list-style-type: none"> • 1 filho • 2 filhos • 3 filhos • 4 filhos • Grávida 	<ul style="list-style-type: none"> • 49 • 14 • 1 • 0 • 7 	<ul style="list-style-type: none"> • 69% • 19,7% • 1,4% • 0,00% • 9,9%
4 – Residência com referência familiar	<ul style="list-style-type: none"> • Conjuge • Mãe • Pai • Irmãos • Sogra (o) • Enteada (o) • Outro parente • Em branco 	<ul style="list-style-type: none"> • 9 • 2 • 0 • 2 • 0 • 0 • 1 • 57 	<ul style="list-style-type: none"> • 12,68% • 2,82% • 0,00% • 2,82% • 0,00% • 0,00% • 1,41% • 80,27
5 – Quantidade de pessoas que residem com a adolescente	<ul style="list-style-type: none"> • 1 pessoa • 2 pessoas • 3 pessoas • 4 pessoas 	<ul style="list-style-type: none"> • 6 • 37 • 26 • 2 	<ul style="list-style-type: none"> • 8,5% • 52,1% • 36,6% • 2,8%
6 – Família	<ul style="list-style-type: none"> • Monoparental • Matrimonial 	<ul style="list-style-type: none"> • 62 • 9 	<ul style="list-style-type: none"> • 87,3% • 12,7%
7 – Frequência escolar	<ul style="list-style-type: none"> • Continuam estudando • Saíram da escola 	<ul style="list-style-type: none"> • 23 • 48 	<ul style="list-style-type: none"> • 32,4% • 67,6%
8 – Serie limite em que estudou	<ul style="list-style-type: none"> • Ensino fundamental 8 anos • Ensino fundamental regular 	<ul style="list-style-type: none"> • 10 • 18 	<ul style="list-style-type: none"> • 14,1% • 25,4%

	<ul style="list-style-type: none"> • Ensino Médio • Ensino Fundamental EJA • Ensino medio EJA • Continuam estudando 	<ul style="list-style-type: none"> • 17 • 1 • 2 • 23 	<ul style="list-style-type: none"> • 23,9% • 1,4% • 2,8% • 32,3%
9 – Serie que ainda estudam	<ul style="list-style-type: none"> • Ensino fundamental regular • Ensino Medio Regular • Ensino medio especial • Ensino Fundamental EJA • Ensino Medio EJA • Superio/ especialização • Não estudam 	<ul style="list-style-type: none"> • 5 • 14 • 1 • 1 • 1 • 1 • 48 	<ul style="list-style-type: none"> • 7% • 19,6% • 1,4% • 1,4% • 1,4% • 1,4% • 67,8%
10 - Situação Socioeconômica/ renda per capita	<ul style="list-style-type: none"> • 0 • 1-50 • 51-100 • 101-150 • 151-200 • 201-250 	<ul style="list-style-type: none"> • 39 • 12 • 11 • 3 • 5 • 1 	<ul style="list-style-type: none"> • 54,9% • 16,9% • 15,5% • 3,9% • 7% • 1,8%
11 – Principal trabalho da família	<ul style="list-style-type: none"> • Bico/autônomo • Carteira assinada • Aprendiz • Em branco 	<ul style="list-style-type: none"> • 13 • 1 • 1 • 56 	<ul style="list-style-type: none"> • 18,3% • 1,4% • 1,4% • 78,9%
12 – Exercício de algum tipo de trabalho por parte da adolescente	<ul style="list-style-type: none"> • Sim • Não 	<ul style="list-style-type: none"> • 4 • 67 	<ul style="list-style-type: none"> • 2,84% • 97,16%
13 – Unidade de atendimento das adolescentes	<ul style="list-style-type: none"> • CRAS – Ceilândia Norte • CRAS – Ceilândia Sul • CRAS PSUL • CREAS Ceilândia • Em branco 	<ul style="list-style-type: none"> • 25 • 6 • 11 • 4 • 25 	<ul style="list-style-type: none"> • 35,21% • 8,45% • 15,63% • 5,63% • 35,21%